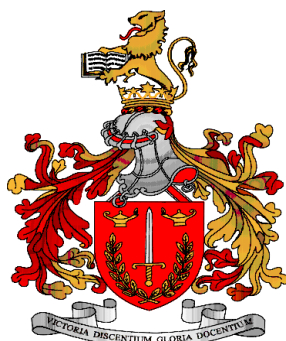


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Pedro Moreno dos Santos

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A comunicação social e a actividade policial:

A percepção da imprensa sobre a actuação policial
em grandes eventos de cariz político

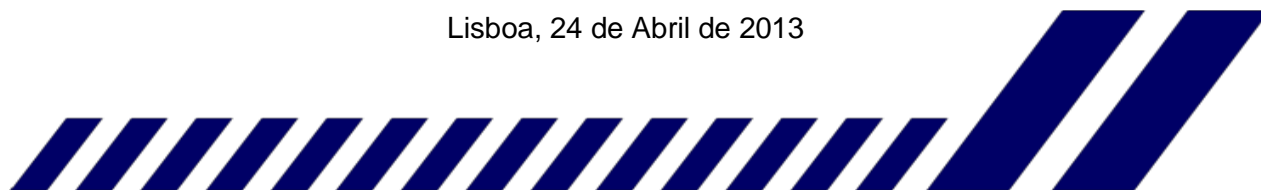
Orientadora

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Co-orientador

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 24 de Abril de 2013



João Pedro Moreno dos Santos

Aspirante a Oficial de Polícia

A comunicação social e a actividade policial:

A percepção da imprensa sobre a actuação policial
em grandes eventos de cariz político

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e do Mestre Sérgio Felgueiras.

Agradecimentos

Não poderia iniciar de outra forma que não fosse agradecendo aos meus orientadores, Prof. Doutora Lúcia Pais e Mestre Sérgio Felgueiras, que ao longo deste ano lectivo demonstraram total disponibilidade, empenho e dedicação a este trabalho, nunca deixando esmorecer a vontade de realizar um trabalho com valor e interesse para nós e para a instituição que decidimos abraçar e a que muito orgulhosamente pertencemos.

Ao ISCPSI, na figura dos docentes, corpo de alunos e quadro orgânico por me terem ajudado, ao longo destes cinco anos, a crescer não só como profissional mas sobretudo como pessoa.

Ao GIRP na pessoa do Sr. Comissário Castro por ter possibilitado o acesso à base de dados CISION e pela disponibilidade para esclarecer as dúvidas que foram surgindo.

Ao 25.º CFOP pela camaradagem, companheirismo e amizade. Apesar de acabar estes cinco anos com alguns amigos que espero guardar para sempre, quero apenas fazer uma distinção para dar os parabéns aos meus amigos de trabalho, André Rodrigues e Tiago Varela, pelo trabalho que concluíram e agradecer pela companhia, conselhos e apoio, essenciais para a realização da nossa dissertação.

À Cristina, pela paciência, apoio e sobretudo pelo sorriso com que me soube esperar a cada fim-de-semana, não só durante este último ano, mas durante todo o curso. Apesar de todas as dificuldades conseguimos alcançar mais uma etapa neste nosso caminho juntos, que espero seja longo e cheio de conquistas.

A toda a minha família, pelo apoio, carinho e motivação, mas em especial aos meus pais, que me possibilitaram ser o que sou hoje, que sempre admirei e dos quais me orgulho, porque sempre deram tudo pelos filhos sem nunca pedir nada em troca. Apesar de estes serem os agradecimentos de final de trabalho aqui ficam os meus agradecimentos por todo o sempre e o desejo de um dia ser como vocês.

Ainda na família, não podia ficar sem deixar um agradecimento especial à Cristiana e Liliana, as minhas críticas e apoio ao longo deste ano.

A todos, muito obrigado.

Resumo

A influência dos órgãos de comunicação social nas sociedades actuais é inquestionável, a ponto de os cidadãos, quando se querem fazer ouvir, procurarem sobretudo a sua atenção. No entanto os jornalistas não se limitam a reflectir a realidade, eles próprios são criadores de realidades e transmissores de enviesamentos ao elaborarem notícias com base em enquadramentos que vão condicionar a percepção do público sobre determinados acontecimentos. Importa perceber como esta forma de retratar a realidade influencia a percepção das pessoas relativamente às instituições do sistema social, como é o caso das polícias. Através de uma abordagem qualitativa procurámos analisar o conteúdo das notícias transmitidas por três jornais diários (Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias), durante o ano de 2012, sobre a actuação policial, especificamente da Polícia de Segurança Pública, em grandes eventos de cariz político. Procura-se perceber, através da análise de conteúdo, que tipo de informação é disponibilizada ao público, sabendo que para muitas pessoas esta é a única forma de terem contacto com os acontecimentos; e as suas exposições, apesar de moderadas pelas características pessoais de cada um, vão ser baseadas nessa informação. Procuramos destacar os esquemas interpretativos que são emitidos fornecendo uma grelha que facilite a compreensibilidade da realidade. Os resultados revelam, entre outros, que os jornalistas privilegiam a descrição dos factos descurando os motivos que levam ao seu surgimento; e, a maioria das fontes utilizadas não é identificada explicitamente.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

The influence of the media in contemporary societies is unquestionable as to citizens, when they want to be heard, especially look after their attention. However journalists do not merely reflect reality, they are themselves creators of realities and transmit biases when making news based on frameworks that will condition the public's perception of certain events. It is important to understand how this portrayal of reality influences the perception of individuals with regard to the institutions of the social system, such as the police. Through a qualitative approach, we have analyzed the content of the news reported by three daily newspapers (Correio da Manhã, Diário de Notícias, and Jornal de Notícias) regarding the police activities, specifically the Polícia de Segurança Pública, in major political events. We aimed to realize, using content analysis, what kind of information is available to the public, knowing that for many people this is the only way they get in contact with the events; and that their exhibition, although mediated by their individual characteristics, will be based on that information. We aimed also to highlight the interpretive schemes that are issued providing a grid to facilitate the comprehensibility of reality. The results show, among other things, that journalists emphasize the description of the facts neglecting the reasons that lead to their appearance; and, most of the sources used are not explicitly identified.

Keywords: mass *media*; social communication; police; policing; major events.

Índice

Índice de Anexos	VII
Índice de Figuras	VIII
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	3
1. COMUNICAÇÃO	3
1.1 <i>Imprensa</i>	5
1.2 <i>Jornalismo</i>	7
1.3 <i>Teorias da comunicação</i>	10
1.3.1 Teoria do Espelho	11
1.3.2 Teoria do gatekeeper ou teoria da acção pessoal.....	12
1.3.3 Teoria Organizacional	12
1.3.4 Teorias da acção política.....	13
1.3.5 Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista	14
1.4 <i>Teorias dos efeitos</i>	15
1.4.1 Teoria Hipodérmica	16
1.4.2 A abordagem empírico-experimental ou da persuasão	17
1.4.3 A abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados.....	17
1.4.4 Agenda Setting (Agendamento)	18
1.5 <i>Notícia</i>	21
1.5.1 Fontes	23
1.5.2 Profissionalização das fontes.....	25
1.5.3 Valores-notícia	26
1.5.4 Estrutura	28
2. POLÍCIA.....	29
2.1 <i>Definição conceptual</i>	29
2.2 <i>A ordem e segurança públicas e a liberdade de reunião e manifestação</i>	31
2.3 <i>A PSP e os OCS em grandes eventos de cariz político</i>	35
3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	36
Capítulo II – Método	38
4. ABORDAGEM QUALITATIVA	38
5. CORPUS.....	38
6. INSTRUMENTO: ANÁLISE DE CONTEÚDO	39
7. PROCEDIMENTOS	42
Capítulo III - Apresentação e discussão dos resultados.....	45
1. VISÃO GERAL	45
2. ORIGEM/FONTES DE INFORMAÇÃO	46
3. OS EVENTOS.....	53

4. OS PARTICIPANTES NOS EVENTOS: MANIFESTANTES E POLÍCIA.....	54
Capítulo IV – Conclusões	57
Referências	62
ANEXOS.....	69

Índice de Anexos

ANEXO 1. Grelha categorial.....	70
ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias.....	78
ANEXO 3. Quadro dos resultados obtidos	85
ANEXO 4. Pedido de autorização para consulta da base CISION.....	86

Índice de Figuras

Figura 1. Distribuição das notícias do <i>corpus</i> por evento.....	44
Figura 2. Ocorrência percentual de cada categoria	45
Figura 3. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo	46
Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indirecto	49
Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias	50
Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo	52
Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/Descrição	53
Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes	55
Figura 9. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP	55

*“Ler é sonhar pela mão de outrem.
Ler mal e por alto é libertarmo-nos da mão que nos conduz”.*

Fernando Pessoa, in *Livro do Desassossego*

Introdução

Comunicar significa colocar ideias em comum, passar do individual ao colectivo, por meio da compreensão. O homem, enquanto ser social, encontra na comunicação a forma de manter uma relação com o mundo que o rodeia. Neste sentido, a invenção do alfabeto e da imprensa contribuíram para que a circulação de ideias, informação, conhecimento, deixassem de estar limitadas a uma comunidade local e passassem a fazer parte do que hoje chamamos de “comunidade global”.

Esta possibilidade de, rápida e eficazmente, haver circulação de informação fez com que a comunicação começasse a ser vista como um instrumento, utilizado para campanhas de propaganda, de partidarismo e de publicidade. Consequentemente começaram a surgir estudos, alguns acabando por contribuir para a criação de teorias, com o intuito de perceber qual a capacidade de influência da comunicação, inicialmente da propaganda, passando posteriormente para os meios de comunicação social, numa altura em que surgiram as comunidades e meios de comunicação de massas. Além do estudo da influência, os investigadores deste ramo tentaram também perceber o porquê de as notícias, enquanto produto jornalístico e forma de transmissão de informação, serem como são, estudando e considerando para isso diversos factores, como as motivações intrínsecas e extrínsecas dos jornalistas.

Com a análise das teorias que emergiram ao longo dos anos, apesar de inicialmente o processo de produção e os efeitos das notícias serem vistos de forma muito simplificada, pela teoria do espelho e hipodérmica, respectivamente, verificamos que relativamente a duas permissas parece, hoje, não haver mais dúvidas: os jornalistas não se limitam a reflectir a realidade, eles moldam, isso sim, uma nova realidade; e, os efeitos das notícias sobre o público estão dependentes de muitos factores, relacionados com a produção e mesmo com o próprio público.

Tal como indicam Molotch e Lester (1999), as notícias dão-nos acesso a acontecimentos aos quais de outra forma seria improvável assistirmos e provavelmente se tornariam insignificantes. Por isso, parece importante estudar de que forma essa informação é transmitida e perceber se existem distorções ou enviesamentos da realidade que condicionem a percepção das pessoas e o seu pensamento, não só sobre o acontecimento em si mas também em relação a instituições como é o caso da polícia e mais concretamente a Polícia de Segurança Pública (PSP).

Como refere Rodrigues (2011, p. 16) “o trabalho teórico serve para estabelecer o estado da arte e inserir o nosso projecto no quadro das abordagens propostas pelos que nos precederam”. Assim, no primeiro capítulo, dividido em três secções, como forma de sustentar o trabalho de investigação, começamos por fazer um enquadramento teórico

em matéria de comunicação. A natureza polissémica de muitos termos utilizados frequentemente nesta área, como por exemplo comunicação, imprensa, jornalismo, exigem clarificação e enquadramento que só é possível obter através de um cuidadoso trabalho teórico e que será o passo inicial do nosso trabalho. Posteriormente são exploradas e analisadas várias teorias da comunicação, por nós consideradas as mais relevantes no estudo da comunicação e dos seus efeitos. Ainda nesta secção abordamos o estudo da “matéria-prima do jornalismo” (Erbolato, 1979, p. 46), as notícias, procurando perceber quais as suas principais características e critérios utilizados para a sua criação, assim como características das fontes que lhes dão “corpo” ao transmitirem aos jornalistas a informação que possuem.

Uma vez que o nosso trabalho se propõe caracterizar o discurso dos órgãos de comunicação social (OCS), mais concretamente dos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político, não poderíamos deixar de fora deste enquadramento inicial a polícia e mais concretamente a PSP, começando por defini-la, explorar o seu papel na manutenção da ordem e segurança públicas, enquanto garante do gozo dos direitos e liberdades dos cidadãos, assim como explorar a sua relação com os OCS em grandes eventos de cariz político.

O segundo capítulo é dedicado à explanação do método utilizado no estudo empírico. É explicada e justificada a utilização de uma abordagem qualitativa, definido o *corpus* e explicados todos os procedimentos adoptados ao longo da investigação.

No terceiro capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos pela análise de conteúdo do *corpus*.

No capítulo final, o quarto, com base nos resultados obtidos são formuladas algumas conclusões e reflexões finais, procurando-se fazer um relacionamento entre estas e o enquadramento teórico inicial.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Comunicação

Como refere Crato (1995, p. 12), “o acto de comunicar, longe de representar uma mera evolução técnica, acompanha a aventura do homem sobre a terra”.

Um dos pioneiros no estudo da comunicação foi Charles Cooley que, em 1909, definiu comunicação como “o mecanismo através do qual existem e se desenvolvem as relações humanas” (cit. in Santos, 1992, p. 9). Esta definição remete-nos para a ligação da comunicação à existência e desenvolvimento do Homem, nomeadamente nas suas relações sociais e com a natureza. Contudo a definição de comunicação, a par dos estudos realizados, não se limitou a perdurar como Cooley a pensou. Por exemplo, em 1979, Thayer (cit. in Ribeiro, 2010, p. 252) define comunicação como “o processo vital através do qual indivíduos e organizações se relacionam uns com os outros, influenciando-se mutuamente”. Aqui podemos constatar a introdução de mais um elemento importante, as organizações ou instituições, que influenciam e são influenciadas pelos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento social. Também Lopes (cit. in Ribeiro, 2010, p. 253) realça um novo conceito na comunicação, definindo-o como “um processo no qual as pessoas agem e interagem, através de símbolos, para estabelecerem e interpretarem os significados do mundo que os envolvem, pelos quais são envolvidos e através dos quais nomeiam, dizem e compartilham esse mundo” esta noção de comunicação refere-se aos símbolos, enquanto representações da relação entre uma determinada materialidade (palavra, gesto, etc.) e uma ideia.

Relativamente aos processos comunicacionais, estes englobam diversos domínios, não só o discursivo mas também silêncios, gestos e comportamentos, olhares e posturas, acções e omissões, ou seja, não abrangem apenas actos expressivos ou pragmáticos, “o silêncio e a omissão podem comunicar de maneira tão forte como uma palavra proferida ou uma acção efectivamente realizada” (Rodrigues, 2001, p. 67).

A linguagem é a “pedra basilar da comunicação humana” (Santos, 1992, p. 10). A sua importância é descrita de forma clara pela antropóloga Misisa Landau, da Universidade de Boston, quando refere que a linguagem não apenas “um instrumento de comunicar ideias sobre o mundo mas sim, em primeiro lugar, uma ferramenta para o mundo existir” (cit. in Monteiro, Marques, Lourenço e Caetano 2006, p. 27).

Um grande avanço na comunicação adveio da invenção do alfabeto, na Fenícia, que depois foi desenvolvido por diversos povos, como o grego e o romano. Esta invenção permitiu “uma simplificação e uma difusão sem precedentes da escrita” (Crato, 1995, p. 16). Além do progresso criado pela escrita, esta também gerou um processo de perda de memória, que se caracteriza pela perda de ritos colectivos, abandono do costume de se

contarem histórias colectivamente como forma de se passar o conhecimento, tudo porque a partir da escrita se começam a gravar as palavras e as ideias. Surgem assim as “sociedades amnésicas”, conforme lhes chama Nuno Crato (1995).

Por natureza, o homem é um ser social. Dessa socialização surgem diversas situações que nos levam a “estabelecer com os demais uma multiplicidade de relações, das quais resulta a nossa integração num conjunto relacional extremamente complexo” (Caetano & Rasquilha, 2009, p. 20). O homem tem/sente, ao longo da vida, inúmeras necessidades que só são possíveis de satisfazer com a colaboração de outros homens. É esta necessidade que impõe a vida em grupo e é por viver em grupo que o homem aprende os códigos que regem essa vivência. São normas, ideias, técnicas, valores, que possibilitam a sua aceitação e integração num grupo. “A vida em sociedade dota o homem de um código cultural – conjunto de normas formais ou informais que lhe moldam o comportamento” (Caetano & Rasquilha, 2009, p. 21). As relações de grupo, além de condicionarem, padronizam comportamentos e estendem a cada indivíduo os conhecimentos do grupo, dando-lhe as ferramentas necessárias – porque assumem a forma de utensílios, técnicas, valores, símbolos – para a satisfação das suas necessidades, tornando-o, assim, um ser cultural.

Os ritos sociais são regularidades e expectativas que se impõem a todos com obrigatoriedade. Constituem modos de dizer e de fazer cujo cumprimento, respeito e observação provocam o reconhecimento recíproco nos elementos de determinada sociedade. Tal como refere Monteiro et al. (2006), o ser humano vive inserido numa cultura complexa, rodeado por um conjunto de convenções que relacionam os sinais e os seus referentes, pois só assim é possível haver condições para um bom entendimento entre os constituintes dessa mesma sociedade.

A comunicação humana é, então, pôr ideias em comum, passar do individual ao colectivo. Existem também diversas abordagens da comunicação de onde se pode retirar a conclusão que “a sua escolha depende da sua eficácia na promoção de bens, de serviços ou de ideologias” (Rodrigues, 2011, p. 11). Nestes casos a comunicação é confundida com “a manipulação de técnicas promocionais, tendo como objectivo a promoção de produtos, a imposição de crenças ou a propaganda de ideologias” (Rodrigues, 2011, p. 11). Trata-se de uma concepção instrumental da comunicação, entendida como instrumento da circulação da informação, e é deste instrumento que as instituições e os grupos de pressão que as sustentam pretendem apropriar-se para as suas campanhas de propaganda, de partidarismo e de publicidade.

Uma outra abordagem do conceito foi feita no final do século XVII, por John Locke (cit. Rodrigues, 2011, p. 21), que define comunicação como “o uso que o homem faz da linguagem para provocar na mente de outro homem as ideias que possui fechadas na

sua mente”. No entanto, há que ter a consciência de que existe um factor intrínseco ao receptor e preponderante na percepção que cada um tem das mensagens transmitidas, que é a experiência. O processo de comunicação implica, pois, a experiência e “experienciar o mundo consiste em receber impressões desordenadas e heterogéneas e ter a possibilidade de construir uma ordem” (Marcos, cit. in Ribeiro, 2010, p. 254).

Conforme indica Rodrigues (2007), muitas vezes aquilo que queremos dizer não corresponde exactamente àquilo que as nossas palavras significam. Tudo depende de um conjunto de dados que não se pode deixar de ter em conta em cada momento. Esta relação entre o sentido do que se diz e a situação do discurso é de tal modo óbvia que raramente se dá conta da discrepância entre a significação e o sentido das palavras. É por isso que vários estudiosos da linguagem referem que não é suficiente possuir o domínio da língua para se entender o que se diz, isto porque, neste processo, se faz intervir igualmente processos cognitivos, um trabalho mental que todos fazem quando falam ou quando ouvem alguém falar, trabalho de inferência daquilo que se quer dizer a partir daquilo que se diz. Assim, podemos afirmar que a comunicação decorre de um processo interactivo, é uma actividade regulada por princípios e obedece a normas que os falantes possuem interiorizadas e que constituem a sua competência comunicacional.

1.1 Imprensa

A invenção da imprensa revolucionou o mundo, tornando o acesso à informação mais fácil. Para McLuhan (cit. in Cádima, 1996, p. 124), “Gutenberg encerra em si, de alguma forma, o «pecado original» fundador da modernidade e da civilização industrial”.

A impressão, entendida como a primeira indústria de produção em massa, possibilitou que as populações pudessem contestar as decisões das elites através do acesso a informação que até à data era monopolizada. A imprensa torna-se um espaço de reflexão uma vez que, como refere McLuhan (cit. in Monteiro et al., 2006), faz com que as pessoas deixem de ser meros actores que representam o papel que lhes ordenam e passem a fazer parte das decisões.

Foi graças aos jornais que, segundo Gabriel Tarde, surgiu o público, enquanto “colectividade puramente espiritual, uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é puramente mental” (Tarde, cit. in Rieffel, 2003, p. 38), e que daria também origem à opinião pública, definida por Tarde (cit. in Rieffel, 2003, p. 38) como “um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos que, respondendo a problemas actuais, se encontram reproduzidos, em numerosos exemplares, em pessoas de um mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade”.

Foi o aparecimento dos jornais diários que mais contribuiu para acelerar a circulação de informação e abranger um público cada vez mais vasto através da

introdução de publicidade paga e a conseqüente diminuição do preço de venda dos jornais. Em Portugal, esta transformação está associada ao aparecimento do *Diário de Notícias*, publicado a partir de 1 de Janeiro de 1865, um “jornal popular, de preço (10 réis) e estilo ao alcance de todos, moldado no jornal de 5 cêntimos parisiense, essencialmente noticioso e sem filiação partidária” (Tengarrinha, 1989, p. 215). Aliás, no editorial do primeiro número estava claramente enunciado o objectivo do jornal: “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências” (Rodrigues, 2011, p. 151), referindo também que não discutia política nem sustentava polémica, registava com a possível verdade os acontecimentos deixando os comentários a cargo do leitor. “Estava lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo: a informação, como sua principal preocupação e objectivo” (Tengarrinha, 1989, p. 215).

Com a invenção da rádio, da televisão e do computador pessoal não diminuiu o interesse do público pelos jornais, contrariamente ao que se esperava. Uma razão para que as coisas se tenham desenrolado desta maneira tem a ver com o facto de uma boa notícia poder ser transmitida à noite pela rádio ou televisão e na manhã seguinte aparecer nas páginas dos jornais porque a informação neste meio de comunicação social “surge com um aprofundamento complementar ao imediatismo da rádio e da televisão” (Monteiro et al., 2006, p. 237). Como refere Erbolato (1979, p. 30) “as notícias da televisão excitam o apetite jornalístico do telespectador e fazem com que este, no dia seguinte, sacie o seu desejo de se informar comprando jornais”. Contudo, e apesar de o sentido da frase se manter actual relativamente ao conteúdo que as pessoas esperam encontrar nos jornais, nos tempos de hoje quem tem necessidade de saciar o seu desejo de informação pode recorrer, facilmente, ao “meio em que confluem, de forma digital, todos os outros meios” (Serra, 2007, p. 175), a internet.

Hoje em dia cada meio de informação conhece as suas vantagens e as dos concorrentes e procura explorá-las. A imprensa escrita, tendo, segundo Erbolato (1979), como principais vantagens o tempo (o leitor decide quando e onde deve ler o jornal), o espaço (maior profundidade e extensão dadas às reportagens, comparando com a rádio e a televisão) e durabilidade (o leitor tem a notícia ao seu dispor enquanto mantiver o jornal), não terá tanta preocupação na recolha da notícia de última hora, já que a rádio e a televisão têm outra capacidade para transmitir estas notícias com maior antecipação. “Já não compete [aos jornais] anunciar o acontecimento, mas explorá-lo e juntar-lhe pormenores da última hora” (Gaillard, 1971, p. 11), transformando assim a pesquisa numa arma poderosa da imprensa. Além disso, a imprensa, ao contrário da televisão e da rádio, não impõe a sua selecção, isto é, um jornal disponibiliza ao seu leitor um manancial de notícias que podem ter ou não interesse e possibilita que ele facilmente ponha de parte o que não lhe interessa. Weaver (1999, p. 297) refere que os assuntos na

imprensa são como um “*menu à la carte* pelo qual o leitor passa rapidamente os olhos, escolhendo uma «refeição» de acordo com os seus interesses e disponibilidades”. Contudo, dado o desenvolvimento tecnológico dos nossos dias, esta capacidade já não é única dos jornais, isto porque, tanto a internet como as televisões por cabo vieram possibilitar que qualquer pessoa possa escolher as notícias do seu telejornal preferido assim que este termina. Também a sua portabilidade foi posta em causa pela tecnologia, uma vez que hoje em dia, através de um *tablet*, podemos ter um jornal, e muito mais, onde e como quisermos. Julgamos por isso que estes são trunfos que os jornais terão de substituir, apostando cada vez mais no desenvolvimento dos restantes, como a recolha e publicação do máximo de pormenores possível.

Quanto à rápida passagem de olhos que os leitores fazem, aqui ganham importância os títulos. Fields (2006) afirma que muitos leitores fazem uma leitura superficial em vez de ler a notícia toda, apesar de os títulos não serem representativos das notícias associadas, focando apenas um dos aspectos mais dramáticos do evento coberto. Contudo, um bom título pode fazer a diferença entre o leitor interessar-se ou não pela notícia e, mais, comprar ou não o jornal.

No que concerne ao jornalista da imprensa escrita, segundo Correia (2006), este terá que ter uma preocupação acrescida na descoberta das causas do acontecimento, deve procurar o máximo de pormenores para fundamentar a sua notícia e ter capacidade para fazer a sua contextualização, não se preocupando só com a descrição dos factos. Mas há que ter a noção de que a imprensa não é uniforme, o que implica diferentes formas de trabalhar por parte dos jornalistas, obrigando-os a ter em atenção as características do seu público e tratar os acontecimentos de acordo com essa percepção.

Importa também lembrar que embora os jornais tenham como função difundir informação, opiniões e entreter o seu público, sem ter uma estabilidade económica seria impossível manterem-se activos. Tendo consciência disso, cada vez mais meios de comunicação se agrupam em grandes grupos económicos, empresas sólidas. Mas como refere Erbolato (1979), para alcançar os objectivos de obter uma tiragem elevada e serem rentáveis os jornais devem conseguir ganhar e manter a confiança dos leitores e da maior fonte de onde provêm as suas receitas: os anunciantes. Isso só será possível se o jornalismo realizado for sério, imparcial e interessante, capaz de cativar o maior número de leitores e gerar assim interesse nos anunciantes, que estarão dispostos a pagar consoante a tiragem de jornais for maior ou menor.

1.2 Jornalismo

Jornalismo é definido por Fontcuberta (1999, p. 15) como “a comunicação periódica a um público massivo ou especializado, através dos meios de comunicação

social, de um facto que acaba de suceder, de ser descoberto ou que está previsto ocorrer num futuro mais ou menos próximo”.

Informar é o principal objectivo do jornalismo. É, por isso, expectável que esta informação seja a mais isenta e verdadeira possível, uma vez que, conforme explica Correia (1995), consoante o seu discurso, os meios de comunicação social podem desestabilizar a ordem social, chamando para o espaço público, elementos de apreciação que permaneciam ocultos aos olhos do público, ou então impedir a censura de um problema da realidade, através do recurso a discursos que insistam na estabilização.

Sem esquecer o seu objectivo primordial, os meios de comunicação social podem também contribuir para a formação, distração, prazer e entretenimento do seu público, demonstrando que o jornalismo é, portanto, “uma modalidade de comunicação social rica e diversificada” (Sousa, 2001, p. 15). Uma vez que é sobretudo através da notícia, em sentido amplo, que se faz a transmissão da informação nova, a transformação do acontecimento em notícia mostra-se como uma das mais importantes fases do trabalho do jornalista. Nesta fase o jornalista tenta compreender os acontecimentos e, através da reordenação da matéria recolhida, tenta expô-la num estilo de fácil compreensão. Ou seja, o trabalho do jornalista passa por duas fases, em que existe a descodificação do acontecimento e posteriormente a codificação da informação. Mas podemos ir mais longe e, aproveitando a pesquisa de Crato (1995), decompor a actividade jornalística em quatro fases fundamentais: a primeira será a *procura* da informação, em que o jornalista se informa dos factos ocorridos e dos diversos aspectos desses factos; segue-se a *selecção* da informação recolhida, quando se escolhe dos factos aqueles que devem ser noticiados e, de entre os factos noticiados, os aspectos relevantes, reduzindo “a infinitude de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa” (Mendes, cit. in Correia, 1995, p. 8); posteriormente há que fazer a *redacção* dos factos seleccionados, num estilo acessível, facilitando a percepção do receptor da notícia; por último temos o *tratamento final* das notícias, incluindo a escolha e disposição dos títulos e das fotografias, a paginação e todos os aspectos relevantes para a apresentação da notícia. Segundo Crato (1995), o facto de a actividade jornalística se decompor nestas fases mostra a inevitável subjectividade deste trabalho, uma vez que, ao observar, escolher, omitir, destacar e dar corpo às informações e ideias que transmite, o jornalista é influenciado pela sua visão dos factos, pelos interesses do público e pelo perfil do jornal para o qual trabalha, estando, no fundo, toda a comunicação social influenciada por um conjunto de condicionantes culturais, ideológicos, económicos e políticos. Rebelo, Mendes e Brites (2010) referem três espaços que, articulados, são essenciais para o fazer jornalístico: espaço referencial, relacionado com a interacção entre o jornalista e a sociedade que lhe “fornece” os factos a transformar em notícia; espaço indexical, onde

este se vai confrontar com as fontes dos factos; e, espaço deíctico onde o jornalista vai transformar a matéria recolhida em notícia, tendo em conta as expectativas do público.

Ao transformar um facto em notícia, ao jornalista é-lhe cobrada objectividade e neutralidade, no entanto é utópico pensar que este pode esquecer a sua história de vida, os seus valores e a sua cultura para cumprir a missão profissional. Deve-se ter em conta, no processo de produção jornalístico, aspectos de ordem interna (valores, cultura) e externa (condições e organização do veículo de comunicação, etc.), pois ambos se complementam e são constitutivos dos sujeitos. Contudo, é esta objectividade que, segundo Tuchman (1999), os jornalistas usam como argumento para tentar amenizar pressões constantes, como os prazos, possíveis processos de difamação e pressões dos superiores. Em vez de utilizar esta estratégia, parece-nos importante que o jornalista tenha consciência de que a sua percepção e as suas acções são influenciadas pela sua cultura e experiências podendo assim questionar e auto-questionar-se sobre a legitimidade da sua percepção em particular.

A ambição de uma visão imparcial dos factos implicaria dizer que “os jornalistas e os *media* noticiosos são observadores independentes, separáveis da realidade social” (Correia, 1995, p. 5). Considerando que tal não é possível podemos dizer que o jornalismo não se limita a reflectir a realidade, ele cria, isso sim, “uma representação dos acontecimentos e uma ordenação e selecção da actualidade, de acordo com um sistema de convenções e interesses que são variáveis de caso para caso” (Crato, 1995, p. 90).

Temos assim um ponto de vista que atribui ao jornalismo um papel de transmissor de sentidos, oferecendo construções dos acontecimentos através de um trabalho complexo, oposto ao que compreende o jornalismo apenas como transmissor objectivo, transparente e neutro, um simples mediador entre a realidade e o receptor. Convém, contudo, referir que os sentidos não são estabelecidos pelos jornalistas, “eles são apenas pré-dispostos e pré-determinados, sendo definidos somente na relação entre o dispositivo e o leitor, que mobiliza estratégias próprias de interpretação a partir das suas culturas, história de vida, ideologias, desejos, etc.” (Borelli, 2005, p. 10).

Os jornalistas acabam por ter de ceder perante a força da ligação entre o poder mediático e os poderes económico e político. É por isso que “a investigação sobre os *media* e o jornalismo (...) [tem necessariamente que] compatibilizar a (absolutamente imprescindível) análise teórica com a (não menos indispensável) consideração dos contextos sociais em que o sistema mediático em geral e o campo jornalístico em particular inapelavelmente se inserem” (Correia, 2006, p. 105).

Tendo consciência da capacidade dos jornalistas criarem a sua própria realidade e sabendo das imensas influências exercidas sobre estes, surgiu a necessidade de se criarem limites à produção noticiosa. Segundo Soloski (1999, p. 92) “o profissionalismo é

um método eficiente e económico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores”, mas a par das normas profissionais cada organização, ou empresa, cria regras próprias (políticas editoriais), de forma a complementar esse controlo. Isto pode gerar um conflito entre normas deontológicas e os intuítos lucrativos da organização. No entanto, se a política editorial não forçar os jornalistas a violar as normas do profissionalismo jornalístico, não haverá qualquer razão para “presumir que os jornalistas vêem a política editorial como um constrangimento no seu trabalho, embora limite o tipo de «estórias» que podem ser relatadas” (Soloski, 1999, p. 100). Estes mecanismos “ajudam a estabelecer as fronteiras do comportamento profissional dos jornalistas” (Soloski, 1999, p. 100), sendo suficientemente largas para permitirem dar azo à criatividade e suficientemente estreitas para se confiar que os jornalistas agem no interesse da organização. No entanto, como relembram Kovach e Rosenstiel (2004), importa que, apesar dos inúmeros compromissos e considerações a que as organizações jornalísticas têm que responder, estas não se esqueçam que os jornalistas devem uma fidelidade prioritária aos cidadãos. Uma organização jornalística só terá credibilidade se o público acreditar que quem produz as notícias não é impedido de investigar nem de dizer a verdade, mesmo que isso prejudique outros interesses. Esta fidelidade leva a uma certa independência por parte dos jornalistas mas também é uma fonte de sucesso financeiro das organizações, reconhecidas por prestar um bom serviço público. Só desta forma se poderá evitar a “onda mercantilista que invade e contamina todo o sistema, com evidentes repercussões em aspectos como a comercialização da informação” (Correia, 2006, p. 10) e uma crescente fragilização dos jornalistas e do jornalismo.

1.3 Teorias da comunicação

Apesar de Traquina (1999, p. 133) referir que a utilização do termo “teoria” é discutível porque significa “uma explicação interessante e plausível e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições”, este é o termo comumente usado para se falar dos estudos sobre comunicação.

Estas teorias estão relacionadas com diferentes maneiras de abordar a comunicação devido aos contextos históricos, culturais e políticos em que surgiram. Como explica Rodrigues (2011) cada estudo sobre a comunicação surgiu com o intuito de definir, compreender e responder a questões da sua época, tendo em conta a teoria e método em vigor. O enquadramento histórico delimita o seu alcance e a sua validade, não só no sentido positivo, como também no sentido negativo, “enquanto visão inevitavelmente reduzida e limitada da questão comunicacional” (Rodrigues, 2011, p. 13).

Cada teoria, ao dar importância a determinados elementos e estudá-los tem necessariamente que ignorar os restantes, que em teorias diferentes poderão ser considerados preponderantes. Esta observação pode fazer com que se desprezem certas teorias, alegando-se que têm uma visão redutora, o que é errado e subentende, pelo menos, duas premissas erradas: “que é possível alguma vez obter uma visão total, não redutora, da experiência e a de que é possível conhecer a realidade sem um enquadramento teórico, explícito ou implícito, que a perspective e lhe dê sentido” (Rodrigues, 2011, p. 16). Apesar de existirem imensas teorias, formuladas em diferentes épocas, como explica Traquina (1999), elas não se excluem, ou seja, não são independentes umas das outras, não havendo por isso teorias puras, são todas fruto dos desenvolvimentos científicos e sociais ao longo de toda a história.

A impossibilidade de tratar todas as teorias irá impor-nos, como não podia deixar de ser, uma necessidade de selecção. Assim, serão analisadas as teorias, para nós, consideradas mais relevantes no estudo da comunicação e dos seus efeitos.

1.3.1 Teoria do Espelho

A teoria do espelho foi a primeira teoria a tentar explicar por que as notícias são como são e, como refere Vizeu (2002, p. 4), de uma maneira geral, corresponde ainda ao senso comum das redacções, “reduzindo-se o jornalismo a meras técnicas, meia dúzia de regras – os tradicionais o quê?, quem?, quando?, onde?, como?, e porquê?”.

Esta teoria estabelece que as notícias apenas reflectem o mundo exterior e que os jornalistas são meros observadores neutros, limitados pelas normas profissionais, à recolha de informação e relato dos factos (Traquina, 1999). É transmitida a noção de que o jornalista é “um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, de contar o que aconteceu do a quem doer” (Traquina, 2001, p. 33).

Quanto ao contexto histórico, é importante referir que esta teoria se expandiu na mesma altura que os meios de comunicação social, na altura a imprensa, cresciam enquanto indústria e os jornalistas começavam a profissionalizar-se. Neste contexto apresenta dois momentos cruciais: o primeiro, em meados do século XIX, está relacionado com o surgimento do jornalismo de informação, nesta altura as notícias deixaram de ser uma arma política e passaram a significar informação, separando factos e opiniões; o segundo momento tem lugar no início do século XX quando o jornalismo aparece associado à objectividade, enquanto método criterioso de pesquisa e de confirmação dos factos. Tuchman (1999) refere que a objectividade é uma forma de os jornalistas se preservarem no desempenho da sua actividade profissional, mostrando que fazem uma clara distinção entre o seu pensamento e o que é noticiado.

1.3.2 Teoria do gatekeeper ou teoria da acção pessoal

O *gatekeeping* pode ser definido como “um processo através do qual as mensagens existentes passam por uma série de áreas de decisão (gates) até chegarem ao destinatário ou consumidor” (Traquina, 1999, p. 134) O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que decide se “rejeita” ou não um acontecimento e foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin, em 1947, e aplicado ao jornalismo por David White, nos anos 50.

Na perspectiva desta teoria, no processo de produção da informação as notícias têm de passar por diversos “portões”, áreas de decisão onde o jornalista (*gatekeeper*) tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não.

Num estudo feito por White (1999, p. 145), sobre o que levava um jornalista a rejeitar certas notícias, o mesmo concluiu que a selecção das notícias “é extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”. Assim, no seguimento desse trabalho surgiria em 1989 a teoria da acção pessoal, onde as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções, uma “visão limitada do processo de produção jornalística como um processo exclusivamente de selecção de notícias já existentes” (Traquina, 1999, p. 134).

Como explicam Traquina (2001) e Vizeu (2002), trata-se de uma teoria que privilegia uma abordagem microssociológica, ao nível do indivíduo, o jornalista, ignorando por completo factores macrossociológicos ou mesmo microssociológicos, como a organização jornalística e as rotinas de trabalho, daí a sua limitação, porque o processo de selecção é só uma das fases do processo jornalístico.

1.3.3 Teoria Organizacional

Foi Breed (1999) quem primeiro referiu a abordagem da teoria organizacional, descrevendo o produto jornalístico como um produto duma organização e dos seus constrangimentos, ampliando assim “a abordagem teórica do âmbito individual para a organização jornalística” (Vizeu, 2002, p. 6).

Neste âmbito Traquina (2001, p. 38) acredita que “o jornalista acaba por ser socializado na política editorial da organização através de uma sucessão subtil de recompensas e punições” e por isso Breed (1999) identifica seis razões que levam o jornalista a conformar-se com as normas da política editorial da empresa: 1) a autoridade institucional e as sanções; 2) os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; 3) as aspirações de mobilidade; 4) a ausência de grupos em conflito; 5) o prazer da actividade; e, 6) as notícias como valor. No entanto é reconhecido que “um ditatorialismo organizacional seria de difícil implementação devido à natureza do trabalho

jornalístico e a um mínimo de autonomia profissional que ela exige” (Traquina, 2001, p. 41), podendo cair-se numa verdadeira afronta à independência do jornalismo.

São também apontados, segundo Breed (1999), cinco factores que ajudam o jornalista a iludir o controlo da empresa: 1) as normas da política editorial nem sempre são completamente claras; 2) os executivos podem ignorar certos factos específicos e os jornalistas, podem utilizar os seus melhores conhecimentos na subversão da política editorial; 3) além da tática da pressão os jornalistas podem também utilizar a tática da prova forjada; 4) trabalhando em «estórias» começadas pelo próprio jornalista ou peças sobre o local ou matéria que este acompanha habitualmente ser-lhe-á dada maior autonomia; e, 5) o estatuto do jornalista. É então realçado o processo de socialização organizacional, sublinhando-se a importância de uma cultura organizacional e não uma cultura profissional.

A teoria organizacional aponta também para a importância do factor económico como fonte de influência, através dos meios de que a organização dispõe e das receitas que consegue gerar, enquanto negócio, basicamente através das vendas e publicidade. Isto leva a que a procura do lucro obrigue a que sejam usados critérios económicos para definir o que é ou não notícia e os jornalistas tenham que desenvolver o seu trabalho conforme os recursos disponibilizados, dando primazia ao interesse da empresa em detrimento das intenções do profissional.

1.3.4 Teorias da acção política

Nestas teorias os meios de comunicação social são vistos de forma instrumental, ora ajudam a manter o sistema capitalista ora põem em causa o capitalismo, conforme sejam vistos na versão de esquerda ou direita, respectivamente. Independentemente da tendência as notícias são vistas como “distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, agentes esses que utilizam as notícias na projecção da sua visão do mundo e da sociedade” (Traquina, 2001, p. 47).

Na versão de direita, esta teoria faz dos jornalistas o bode expiatório dos males do produto jornalístico. Hackett (cit. in Traquina, 2001) refere alguns pressupostos desta versão: 1) os jornalistas controlam o produto jornalístico; 2) os jornalistas estão dispostos a reflectir as suas preferências políticas e ideológicas no conteúdo noticioso; 3) os jornalistas enquanto indivíduos têm valores políticos coerentes e, a longo prazo, estáveis.

Na versão de esquerda o papel dos jornalistas é considerado pouco importante, resumindo-se a meros executantes ao serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites. É estabelecida uma relação directa entre o que é noticiado e a estrutura económica da empresa jornalística. Publica-se o que a classe capitalista exige.

Herman e Chomsky (cit. in Traquina, 2001) referem cinco factores que explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista: 1) a estrutura de propriedade dos *media*; 2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas das fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial; 4) as acções punitivas dos poderosos; 5) a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalista norte-americana.

Para estes autores a cobertura de um acontecimento nos vários meios de comunicação social “é tratada como uma campanha de publicidade maciça”. Para estes, um tema ou acontecimento é visto como uma grande «estória» que pode ajudar a levar a opinião pública numa direcção específica, servindo as relações públicas ou exigências ideológicas de um grupo de poder.

A visão de que os jornalistas ou colaboram na utilização instrumentalizada dos *media* noticiosos ou são totalmente submissos aos interesses dos proprietários surge como crítica central à versão de esquerda desta teoria, uma vez que, segundo Traquina (2001) ignora: 1) que em muitas empresas jornalísticas os proprietários e os directores raramente se encontram; 2) que a maioria dos jornalistas não sabe quem faz parte do conselho de administração da sua empresa; e, 3) que os jornalistas têm um certo grau de autonomia, que sobretudo nos trabalhos de reportagem e no jornalismo de investigação afirmam a sua própria iniciativa na definição do que é notícia e que incomodam por vezes as elites e põem em causa interesses do poder político e económico.

1.3.5 Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista

A partir dos anos 1960 e 1970 surgem duas teorias que apresentam pontos complementares mas também divergentes: teoria estruturalista e interaccionista. Ambas “consideram as notícias como o resultado de processos complexos de interacção social entre agentes sociais” (Traquina, 2001, p. 52) e reconhecem a importância dos constrangimentos organizacionais no trabalho dos jornalistas. Mas ao contrário dos teóricos da teoria organizacional, os autores desta teoria defendem que quem chega à organização se “integra por um processo de osmose não só numa organização mas também numa comunidade profissional, sendo assim teorias transorganizacionais” (Traquina, 2001, p. 52).

Estas teorias destacam a importância da estrutura dos valores-notícia, elemento que definiremos na secção do capítulo relativo à notícia, da ideologia dos membros da comunidade, das rotinas e procedimentos dos jornalistas, assim como consideram que os jornalistas são participantes activos na construção da realidade, graças à sua autonomia. Quanto às notícias, consideram que estas são “narrativas, «estórias» marcadas pela

cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração” (Ericson, cit. in Traquina, 2001, p. 52).

1.3.5.1 Teoria estruturalista

A teoria estruturalista destaca o papel dos *media* na reprodução da ideologia dominante, tal como a teoria da acção política, no entanto, esta critica a posição de que tal reprodução é feita de forma conspiratória, porque reconhece uma autonomia relativa dos jornalistas em relação a um controlo económico directo (Traquina, 1999, 2001).

O factor tempo e as exigências de imparcialidade e objectividade deram, a quem detém posições institucionais privilegiadas, um acesso exagerado e sistemático aos *media*, transformando-os em primeiros definidores do que é noticiável, atribuindo aos *media* um papel secundário. Os jornalistas são vistos como um grupo sem espaço de manobra, tendo como única missão reproduzir a ideologia dominante.

1.3.5.2 Teoria interaccionista

Para a teoria interaccionista o factor tempo é a grande dificuldade dos jornalistas. Perante isso as empresas jornalísticas elaboram estratégias de forma a conseguir cobrir os acontecimentos em qualquer parte e a qualquer momento.

A ordem no espaço é imposta pelas empresas através de uma rede noticiosa. Tuchman (in Traquina, 2001, p. 61), neste âmbito, define três possíveis estratégias: a territorialidade geográfica (divisão do mundo em áreas de responsabilidade); a especialização organizacional (colocação de “sentinelas” em organizações com propensão para criarem acontecimentos noticiáveis); e, a especialização em temas (divisão da empresa por secções direccionadas para rubricas específicas).

Relativamente à ordem no tempo, as empresas também possuem estratégias: durante as “horas normais de trabalho” as empresas têm o grosso dos seus profissionais disponíveis para se poderem deslocar ao local onde ocorre/ocorreu um acontecimento noticiável. Fora desse período, como explica Traquina (2001), um acontecimento tem que apresentar uma evidência clara de importância para justificar a deslocação de um repórter para o cobrir. A falta de elementos em horas “importantes” é combatida através da criação de agendas onde é planeado o futuro, é feita uma lista dos acontecimentos previstos, permitindo uma antecipação do próprio trabalho.

1.4 Teorias dos efeitos

Passaremos agora a abordar a questão dos efeitos, isto é, tentaremos compreender a influência das mensagens dos meios de comunicação social sobre o comportamento do público, as suas escolhas, as suas opiniões e convicções, assim como o peso dos restantes factores sociais nas suas decisões.

Os estudos que procuraram entender os efeitos que os meios de comunicação social têm no seu público culminaram em diversas teorias com conclusões variadas e contraditórias, conforme se tratem de efeitos a curto, médio ou longo prazo, e conforme se procure ligar os efeitos ao meio utilizado, ao conteúdo das mensagens ou ainda às atitudes ou aptidões do público receptor.

1.4.1 Teoria Hipodérmica

Esta teoria surgiu como reacção ao surgimento do fenómeno das comunicações de massas, sobre o qual havia pouco conhecimento, e ligada ao trágico período das duas Guerras Mundiais, época em que os regimes eram totalitários ou as sociedades se estavam a formar em torno da devastação das formas comunitárias anteriores.

Trata-se de uma abordagem feita aos meios de comunicação de massa de forma global, sem o cuidado de os diferenciar, tentando simplesmente perceber que efeitos tinham numa sociedade de massa “caracterizada pelo enfraquecimento dos laços tradicionais (a família, a comunidade) e pelo crescente isolamento do indivíduo” (Traquina, 2000, p. 15).

Wolf (1999, p. 23) descreve esta teoria como uma “teoria da propaganda e sobre a propaganda” porque, de facto, este foi o seu tema central e porque, como explica Barreira (2009), esta teoria faz parte do grupo da chamada Pesquisa Administrativa, que compreende as pesquisas financiadas por grandes corporações privadas, interessadas em verificar quais os efeitos da comunicação sobre as massas, com especiais interesses na publicidade e na propaganda.

Harold Lasswell (cit. in Rodrigues, 2011, p. 171), inspirado na psicologia behaviorista, defendia que “ a sociedade é constituída por uma massa indiferenciada formada por indivíduos anónimos, dependente dos estímulos provocados por dispositivos destinados a conduzi-la ou a orientá-la nas suas opções e nos seus comportamentos”. O mesmo autor utilizava duas metáforas para se referir à influência dos *media*: a da agulha hipodérmica (os *media* injectavam constantemente estímulos na sociedade constituída por uma massa anónima e indefesa) e a do alvo (a “massa” seria um alvo bombardeado pelos tiros certos da propaganda dos *media*).

Acreditava-se que se uma pessoa fosse apanhada pela propaganda, independentemente dos seus atributos sociais ou psicológicos, iria ser controlada, agindo como o emissor pretendesse. Presumia-se que a iniciativa era exclusivamente do comunicador e que os efeitos recaíam exclusivamente sobre o receptor. A comunicação humana foi reduzida a uma relação automática de estímulo e resposta, colocando de um lado os *media*, poderosamente manipuladores, e do outro massas atomizadas sem capacidade para escolher ou decidir.

A respeito desta teoria, Bauer (cit. in Wolf, 1999, p. 27) refere que “durante o período da teoria hipodérmica, os efeitos, na sua maior parte, não são estudados, são dados como certos”.

1.4.2 A abordagem empírico-experimental ou da persuasão

Esta teoria, de base psicológica, ao fazer uma revisão do processo mecanicista entre estímulo e resposta, tornou evidente a complexidade dos elementos “que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Wolf, 1999, p. 34). Passa a estudar-se não só as situações de persuasão óptima, mas também aquelas em que os efeitos pretendidos não são alcançados. Na tentativa de estruturar adequadamente as mensagens e melhorar a sua capacidade persuasiva passou-se a estudar as características de personalidade do público. Assim, o esquema “causa-efeito” da teoria hipodérmica mantém-se, mas passa a existir um terceiro elemento, os processos psicológicos do receptor, que destrói o imediatismo e a uniformidade dos efeitos. Nesse sentido, segundo Wolf (1999), procura-se estudar factores como: o interesse do público em obter informação; a exposição selectiva, isto é, o facto de a audiência se expor “à informação que está de acordo com as suas atitudes e evitar as mensagens que, pelo contrário, estão em desacordo com essas atitudes” (Wolf, 1999, p. 38); e, a percepção e a memorização selectivas, ligadas às opiniões do receptor que irão influenciar a forma com este percebe e assimila a informação.

São também relevantes, de acordo com Wolf (1999), os estudos sobre os factores ligados à mensagem, como por exemplo: a credibilidade do comunicador, tenta-se perceber se a credibilidade ou falta dela por parte do comunicador influencia a opinião da audiência e a persuasão da mensagem; a ordem da argumentação, ligada à ordem em que são expostos os argumentos a favor e contra determinada posição; a integralidade das argumentações, que põe em estudo a eficácia de se apresentar um ou mais aspectos de um tema controverso; e, a explicitação das conclusões, procurando perceber-se se, em termos de persuasão, são mais eficazes as conclusões explícitas ou implícitas.

A teoria empírico-experimental declara assim que pode haver influência e persuasão na comunicação, no entanto, esta não é indiscriminada e constante.

1.4.3 A abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados

A expressão “efeitos limitados” refere-se não só à quantidade dos efeitos mas também a uma configuração qualitativa diferente das teorias anteriores. Como explica Barreira (2009), se a teoria hipodérmica falava em manipulação rápida e a empírico-experimental se ocupava da persuasão, esta teoria fala de influência, mas não só da que é exercida pelos meios de comunicação, fala de uma influência mais geral em termos de

relações comunitárias, onde os meios de comunicação são apenas um componente à parte. As pesquisas feitas no âmbito desta teoria não se voltaram unicamente para o estudo dos efeitos, procuraram “estudar fenómenos sociais mais amplos como, por exemplo, a dinâmica dos processos de formação de atitudes políticas” (Wolf, 1999, p. 47). Esta teoria procura associar os processos de comunicação de massa às particularidades do tecido social em que esses processos se efectivam.

Como refere Wolf (1999), é possível distinguem-se duas correntes dentro desta teoria: as pesquisas sobre o consumo dos meios de comunicação social; e, as pesquisas sobre o contexto social e os efeitos dos meios de comunicação social.

Ao salientar a importância das forças sociais, a teoria dos efeitos limitados aponta para um processo indirecto de influência, onde interagem as dinâmicas sociais e os processos cognitivos. Um dos estudos mais importantes neste campo, realizado por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, em 1944, com o título *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Como resultado, este trabalho “descobriu” os líderes de opinião e o fluxo de comunicação a dois níveis. Os líderes de opinião são indivíduos com grau máximo de interesse e de conhecimentos sobre o tema e representam uma parte da opinião pública que procura influenciar os restantes indivíduos, geralmente menos interessados e participativos. O fluxo de comunicação a dois níveis (*two step flow of communication*) tem a ver com a mediação que os líderes de opinião exercem entre os meios de comunicação e os restantes indivíduos.

Assim, esta teoria defende que os indivíduos não podem ser considerados isoladamente mas sim como parte integrante de uma rede de interações. Para os autores, a audiência é constituída por grupos primários, formados por líderes de opinião, e por grupos secundários, formados por quem tende a seguir a opinião dos primeiros. Isto leva a que os efeitos dos meios de comunicação tenham que ser compreendidos através da análise das interações entre os destinatários, deixando de se “salientar a relação causal directa entre propaganda de massas e manipulação de audiência, para passar a insistir num processo indirecto de influência em que as dinâmicas sociais se cruzam com os processos comunicativos” (Monteiro et al., 2006, p. 165).

1.4.4 Agenda Setting (Agendamento)

Com a hipótese do *agenda setting* entramos num novo paradigma de pesquisa sobre os efeitos, isto é, deixa de se falar em efeitos a curto prazo para se considerar os efeitos como consequências de longo prazo.

Os primeiros estudos foram realizados por Maxwell McCombs e Donald Shaw, durante a campanha eleitoral de 1968 na Carolina do Norte mas apenas descritos em 1972, numa altura em que o paradigma vigente apontava para uma ideia de que o poder

dos *media* era reduzido e os seus efeitos limitados. Os estudos sobre as agendas temáticas, conforme explicam Cruz (2002) e Weaver, McCombs e Spellman (2000), procuram perceber a relação entre a ênfase dada a um tema pelos meios de comunicação social, através do seu tratamento, e as prioridades temáticas demonstradas pelo público depois de sujeito ao produto final, as notícias. Fundamentalmente tenta-se perceber qual o poder dos *media* para construir “as representações do mundo que passam a fazer parte da percepção daquilo que os cidadãos consideram importante e digno da sua atenção” (Rodrigues, 2011, p. 178) ou, como expõe Esteves (2012), perceber a capacidade da agenda dos *media* para, enquanto objecto, ser transposta para a consciência do público, acabando por constituir a agenda deste.

A conceptualização do agendamento seria avançada por Cohen (cit. in Traquina, 2000, p. 17) quando referiu que a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores *sobre o que pensar*. Como explica Esteves (2012), os *media* podem não definir o sentido do mundo, no entanto, uma vez que a experiência simbólica de cada indivíduo é cada vez mais adquirida de forma indirecta, sem contacto com a realidade, eles conseguem definir os limites do pensamento público sobre a realidade através da sua agenda. Mas os estudos do agendamento não se referem apenas à agenda mediática e à agenda pública. Rogers, Dearing e Bregman (in Traquina, 2000) referem três componentes do processo do agendamento que são: os estudos da agenda mediática (*media “agenda-setting”*), ligados aos estudos do conteúdo dos *media*; os estudos da agenda pública (*public “agenda-setting”*), relacionados com o estudo da importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte do público; e, os estudos a agenda da política governamental (*policy “agenda-setting”*), ligados ao estudo da agenda das entidades governamentais. Contudo, segundo Traquina (2000), a maioria dos estudos sobre o agendamento estuda a relação entre a agenda mediática e a agenda pública.

Esta teoria demonstrou o seu sucesso através da “capacidade de gerar continuamente novas questões e identificar novos percursos de pesquisa académica” (Conant, cit. in McCombs & Shaw, 2000, p. 126). Apesar de alguma discrepância de dados diversos estudos apontaram, de uma forma geral, para uma associação positiva entre as agendas. Além disso, outras importantes conclusões foram retiradas destes estudos, nomeadamente: a capacidade de a agenda pública influenciar a agenda jornalística, ainda que de forma gradual, gerando a longo prazo a criação de critérios de noticiabilidade, ao contrário da influência da agenda jornalista sobre a agenda pública, feita de forma directa e imediata; o efeito do agendamento ser diferente consoante a natureza da questão e a pessoa; o maior efeito da agenda mediática sobre pessoas que

participam em conversas sobre questões propostas pelos meios de comunicação social; a “necessidade de orientação”, isto é, a grande necessidade que certas pessoas têm de obter informação sobre determinado assunto gera um maior efeito de agendamento; os cidadãos mais afastados do mundo dos acontecimentos públicos são mais facilmente influenciados pela agenda jornalística; a importância de as questões tratadas pelos meios de comunicação social terem a ver com *questões envolventes* (assuntos que se intrometem na vida das pessoas para os quais podem mobilizar a sua experiência directa) ou *questões não envolventes* (que não permitem mobilizar a experiência directa das pessoas), sendo que a influência dos *media* é mais notória nestas segundas.

Outros factores, como o quadro temporal para se verificar o efeito do agendamento, a especificidade de cada meio de comunicação social, a relação geográfica entre as questões e a audiência e a discussão interpessoal das questões foram também examinados. Outro factor estudado tem a ver com o destaque dado à notícia. Apesar de outros investigadores apontarem o contrário, Behr e Iyengar (cit. in Traquina, 2000, p. 36) escreveram que “as «estórias» noticiosas não são igualmente eficazes a moldar a agenda pública: a notícia de abertura no noticiário televisivo tem maior impacto na percepção pelo cidadão da importância da questão”. Foi com base nesta conclusão que Iyengar e Kinder, em 1987, introduziram o conceito de *priming*, segundo o qual a agenda jornalística influencia as prioridades que as pessoas dão aos problemas, fazendo com que os cidadãos apliquem “determinados padrões em esquemas de memória mais salientes que ganham destaque em função dos conteúdos e formato de difusão dos conteúdos informativos dos media” (Iyengar & Kinder, cit. in Cervi, 2010, p. 145). Weaver, McCombs e Spellman (2000) explicam que a forma como os diversos assuntos são tratados, isto é, se são tratados extensivamente ou severamente cortados, se lhes é dado destaque ou colocados no fim do alinhamento, no caso dos jornais o tamanho que têm de título e o local em que são colocados em termos de paginação, vão influenciar o grau de importância dada a esses assuntos pelo público.

Ligando este conceito ao de enquadramentos (*framings*), enquanto esquemas de interpretação condicionados pelo enfatizar e seleccionar de determinados elementos do assunto tratado, podemos dizer que se “enfatiza a dinâmica entre os media e a audiência e distingue a atenção (saliência temática) e a compreensão (saliência de atributos)” (Borges, 2010, p. 140). A partir dos estudos sobre a selecção dos objectos que vão atrair a atenção do público e da selecção dos enquadramentos que vão dirigir a atenção para determinados atributos, desviando-a de outros, concluiu-se que as notícias não só dizem sobre o que pensar mas também como pensar e, conseqüentemente, o que pensar, alterando assim a definição de agendamento de Cohen (in Traquina, 2000).

Quanto a dificuldades, os estudos sobre o agendamento vêm-se “limitados” pela incapacidade de se estabelecer um critério de recorte temporal dos agendamentos a investigar. Não havendo um critério uniforme em todos os estudos torna-se difícil chegar a conclusões comparáveis e provar que o conhecimento que os cidadãos têm do mundo é resultado das escolhas dos meios de comunicação. Esta dificuldade, como explica Rodrigues (2011), tem a ver com dois problemas: a impossibilidade de isolar, na experiência das pessoas, a influência dos meios de comunicação social da influência de toda uma variedade de outros factores; e, a impossibilidade de estimar o peso da liberdade humana comparativamente aos factores que, consciente ou inconscientemente, a condicionam. Como refere Esteves (2012, p. 109), apesar de esta teoria ter uma excepcional capacidade de renovação, tem também “uma certa dificuldade de estabilização teórica e metodológica” podendo até considerar-se que a identidade da teoria pode estar em causa a partir do momento em que não se questionam quais os efeitos dos *media* sobre a sociedade mas quais os efeitos sociais sobre os *media*. Não estando em causa a importância de tais estudos, em termos sociológicos, questiona-se apenas se se pode continuar a considerar uma teoria dos efeitos dos *media*.

1.5 Notícia

Erbolato (1979) refere que os cidadãos têm um desejo, quase ilimitado, de informarem-se, que se converte por vezes em obrigação. Para se livrar desse desejo ou ceder a essa obrigação cada cidadão precisa de fontes de acesso a essa informação sobre o que se passa no mundo. Ora, as notícias, enquanto “matéria-prima do jornalismo” (Erbolato, 1979, p. 46) são as construções onde essa informação é disponibilizada pelos meios de comunicação. Como indicam Molotch e Lester (1999) as notícias dão-nos acesso a acontecimentos que de outra forma seria improvável assistirmos e provavelmente se tornariam insignificantes.

Sousa (2002) define notícia como um artefacto linguístico, uma construção humana baseada na linguagem, que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Esta nasce da interacção entre a realidade, os sentidos do observador (que permitem apropriar-se da realidade), a mente (que permite apreender e compreender essa realidade) e a linguagem (que alicerça e traduz esse esforço cognoscitivo). As notícias não existem no estado puro na natureza, são representações da realidade manipuladas pelo homem, tornando o jornalista numa

“espécie de leitor privilegiado de acontecimentos, a partir dos quais vai construindo mundos possíveis que serão transmitidos em forma de notícia” (Borelli, 2005, p. 9).

Existem duas formas de se abordar o termo notícia: em sentido amplo e em sentido estrito. Como explica Correia (2011), em sentido amplo, notícia é uma comunicação apresentada periodicamente sobre algo novo, actual e interessante para a comunidade, isto é, basicamente é tudo aquilo que um meio de comunicação jornalístico publica. Já em sentido estrito, notícia é um texto com características específicas, um género específico de entre o conjunto dos vários géneros jornalísticos. Os restantes, conforme Crato (1995) indica, são, entre outros: breve; reportagem; entrevista; artigo de análise; editorial; artigo de opinião; crónica; crítica; correio do leitor; e, correio do coração.

As funções clássicas do jornalismo são informar, formar, distrair, e é nas notícias que estas são materializadas. “Mas uma notícia não começa no momento da sua redacção nem termina no da sua recepção. A notícia é um autêntico sintoma social e a análise da sua produção arrasta muitas pistas sobre o mundo que nos rodeia” (Fontcuberta, 1999, p. 12).

Ao longo dos tempos os meios de comunicação social foram acusados de transmitir interpretações da realidade e decidirem sobre que factos eram ou não notícia, gerindo assim a opinião pública através da tematização, sendo esta uma quarta função do jornalismo. Contudo, como refere Gomis (in Fontcuberta, 1999), os jornais têm a necessidade de ter público para sobreviver e por isso têm que se adaptar às necessidades desse público, que tende a seleccionar a informação de acordo com os seus interesses, cada vez mais específicos e especializados. Não são os jornais (ou os outros meios de comunicação) que escolhem o público, antes são escolhidos por ele. Esta afirmação vai ao encontro de uma questão importante, que tem sido debatida ao longo dos tempos, ligada ao conteúdo dos meios e ao interesse do público, e que nos importa perceber: será que o conteúdo dos meios é o resultado da exigência do público ou é o público que procura o que os meios lhe oferecem?

A opinião mais consensual, como explica Fontcuberta (1999), declara que se deve adaptar a oferta à procura de notícias, isto é, deve-se oferecer aos leitores o que eles desejam ler, não o que os jornalistas pensam que o seu público precisa de saber ou pode estar interessado. Assim, como considera Park (in Melo, 2007), a notícia só tem força e duração quando atinge o interesse do público, o que retira a autonomia dos meios de comunicação como detentores da importância dada aos acontecimentos nos noticiários.

Assim, como não há meio nenhum que consiga incluir na sua agenda toda a informação de que tem conhecimento há que fazer uma selecção. Esta, conforme refere Fontcuberta (1999), deve ser feita tendo em conta a procura do público, o interesse do meio e os interesses de alguns sectores da sociedade.

Uma vez que falamos de público e da sua importância, referimos três razões, propostas por Correia (2011), para que se considere o enunciado jornalístico público: porque circula em áreas abertas a todos e não existe habilitação prévia para a sua frequência; por se considerar que possui um interesse colectivo; e, por fim, porque rejeita a ideia de segredo ou de sabedoria privada ou especializada, uma vez que a sua actividade assenta na divulgação do saber e na simplicidade dos enunciados.

Segundo Sousa (2002), as notícias só se esgotam no momento em que são consumidas pelo público, no momento em que passam a fazer parte dos referentes da realidade. No entanto, como a partir desse momento o público (re)constrói a imagem de uma realidade baseada nos referentes que lhe transmite a notícia, podemos dizer que a notícia continua a existir, ainda que tenha alterado a sua forma, passando a pertencer à realidade de quem a consumiu.

1.5.1 Fontes

Fontes de informação, segundo Correia (2011, p. 93), consideram-se “todos os agentes sociais dispostos a colaborar com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas”. Como recorda Fontcuberta (1999), a maioria dos jornalistas não é testemunha presencial dos acontecimentos que relata, por isso tem que se informar antes de redigir a maioria das suas notícias. É para colmatar essa necessidade que recorre às fontes de informação, mas não só, estas são importantes mesmo quando o jornalista assiste ao acontecimento, porque supõem outro ponto de vista e trazem dados complementares, permitindo assim complementar a informação inicial e confrontar pontos de vista, dando maior credibilidade à notícia.

Dependendo dos autores, existem diversas tipologias de fontes de informação. Por exemplo, Sigal (in Correia, 2011) criou uma tipologia com três categorias: fontes de rotina; os canais informais; e, fontes de iniciativa. As primeiras resultam de uma agenda pré-determinada pela organização, pelo promotor de um evento ou pelas agências de informação. As seguintes estão ligadas às informações disponibilizadas pelas fontes em circunstâncias que ultrapassam a rotina do jornalista. Por último, as fontes de iniciativa têm a ver com pedidos de informação e de entrevistas por parte dos jornalistas. Apesar de haver uma separação por tipo de fonte há uma necessidade de equilíbrio entre elas, “sob pena de se cair num oficialismo monótono” (Sigal, cit. in Correia, 2011, p. 93).

Outra tipologia é estabelecida por McNair (in Correia, 2011) que divide as fontes: segundo a natureza (fontes pessoais ou documentais, públicas ou privadas); segundo a duração (fontes episódicas ou permanentes); segundo o âmbito geográfico (fontes locais, nacionais ou internacionais); segundo o grau de envolvimento nos factos (oculares/primárias ou indirectas/secundárias); segundo a atitude face ao jornalista

(fontes activas ou passivas); segundo o estatuto de visibilidade exigido (fontes assumidas ou fontes confidenciais); e, segundo a metodologia ou a estratégia de actuação (fontes pro-activas ou reactivas, preventivas ou defensivas).

Independentemente da tipologia adoptada o que importa é que se percebam as principais características das fontes que se usam uma vez que, segundo Fontcuberta (1999), o poder informativo de um jornal evidencia-se não só pelo número e diversidade das suas fontes mas, também, pela sua qualidade. Interessa ter consciência de que “as fontes de informação são habitualmente parciais” (Crato, 1995, p. 102), quer dizer, “não são desinteressadas” (Traquina, 1999, p. 172). Por exemplo, as fontes primárias (segundo a tipologia usada por McNair), enquanto participantes directas num acontecimento, têm uma visão muito próxima do evento mas uma visão de alguém que é directamente atingido pela acção. Neste sentido a verificação da informação fornecida por uma fonte, por princípio, deve ser feita. “Apenas em casos muito raros, o jornalista confia directamente numa fonte e a reproduz quase sem trabalho próprio” (Crato, 1995, p. 99). A primeira atitude de um repórter face aos dados recebidos é a sua confirmação, excepto em casos que só é necessário recolher dados complementares para se ter uma visão completa do acontecimento, como por exemplo nos comunicados de imprensa.

Assim como aceder às fontes de informação é um direito do jornalista, conforme a alínea b), do art.º 6º e art.º 8º da Lei 1/99, de 13 de Janeiro, seleccionar entre a enorme quantidade de informação em bruto e seleccionar as melhores fontes de informação são deveres do jornalista, conforme a alínea e), do n.º 1, do art.º 14º da Lei 1/99, de 13 de Janeiro. “A capacidade de recolha e selecção de informação e de cultivo de fontes é um dos indicadores da competência jornalística” (Sousa, 2001, p. 63). Por exemplo, quando existem várias partes envolvidas em determinado facto, devem, de igual forma, ser todas ouvidas sobre o que têm a dizer, nem que seja para dizer que não prestam declarações. Tal como quando se está perante acontecimentos em que existem várias testemunhas, nestes casos deve-se ouvir sempre mais do que uma, procurando-se fazer contrastação por rotina, uma vez que “as pessoas percebem coisas diferentes” (Sousa, 2001, p. 64). Aqui, como forma de ajuda na escolha da fonte a usar, Sousa (2001) refere que uma fonte pode ter uma ou várias qualidades que fazem dela uma boa fonte, como por exemplo a sua representatividade (número de pessoas que representa), credibilidade, autoridade, estatuto socioprofissional ou ser especialista em determinada matéria.

Segundo Pinto (in Correia, 2011, pp. 98-99), as fontes e os jornalistas têm objectivos diferentes. As fontes procuram: visibilidade e atenção; influenciar a agenda pública; angariar apoio para a sua ideia, produto ou serviço; prevenir ou reparar algum malefício; neutralizar interesses de adversários; criar uma imagem pública positiva. Por seu lado, os jornalistas pretendem: obter informação nova; comparar a informação com a

de outras fontes; dissipar dúvidas e desenvolver matérias; lançar ideias e debates; fundamentar a sua informação com dados de peritos; legitimar e dar credibilidade à informação recolhida pelo próprio.

Apesar de as fontes não procurarem, sempre, todos os objectivos, tendo consciência deles, o jornalista deve ter tanto ou mais interesse naquilo que a fonte não lhe diz como naquilo que lhe diz. Apesar de aproveitar as informações que a fonte lhe dá e as pistas para encontrar novas informações, o jornalista deve “também fugir ao significado inicial que a fonte dá a um acontecimento para encontrar outros significados, porventura aqueles que não interessam à fonte” (Sousa, 2001, p. 65).

Uma das formas de conferir veracidade à notícia é a atribuição, isto é, o modo como os jornalistas revelam que a sua informação tem origem numa determinada fonte. Existem, de acordo com Secanella (in Fontcuberta, 1999), vários tipos de atribuição: atribuição directa, em que a fonte é identificada e a informação citada; atribuição com reservas, em que a fonte não é identificada explicitamente mas é situada num contexto e citadas as suas informações; atribuição com reserva obrigatória, em que a fonte não é mencionada e as informações são citadas como se fossem do meio de comunicação; atribuição com reserva total, neste caso a notícia não pode ser publicada nem atribuída, serve só para que o jornalista interprete melhor os acontecimentos.

1.5.2 Profissionalização das fontes

Desde o aparecimento das relações públicas, em meados do século XIX, que os jornalistas tiveram que se confrontar com as fontes profissionais de informação.

Como refere Correia (2011), cada vez existem mais fontes especialmente treinadas para comunicar, com eficiência, com a imprensa. Nas últimas décadas constituíram-se campos de saber, diversas instituições e uma multiplicidade de profissionais cuja função consiste em posicionarem-se como fontes, estrategicamente colocadas na órbita dos meios de comunicação social, com o objectivo expresso de se tornarem fontes privilegiadas desses mesmos *media*.

Estas fontes conhecem bem o trabalho jornalístico, designadamente: “1) a necessidade da matéria fornecida assumir certas formas e seguir certas convenções; e 2) o reconhecimento que um *timing* cuidadoso da informação divulgada pode influenciar não só a cobertura mas também o conteúdo da notícia publicada” (Traquina, 1999, p. 173). Por exemplo, os assessores de imprensa, muitas vezes antigos jornalistas profissionais, “usam as técnicas que aprenderam, os contactos e as amizades com os antigos colegas para fazerem passar determinadas mensagens para o espaço público” (Sousa, 2001, p. 64). Uma das estratégias utilizadas para estimular o apetite dos jornalistas, segundo Santos (2001), está ligada ao factor de falta de tempo, que estas fontes aproveitam,

oferecendo recursos como exclusivos, dossiers de informação e fotografias, tentando, em simultâneo, controlar a realidade social dos acontecimentos através de fugas de informação, censura ou omissão de factos, garantindo assim, também, que a informação que disponibilizam é mais valorizada e mais facilmente aceite.

Schudson (cit. in Traquina, 1999, p. 173) ao descrever o processo de produção de notícias como uma normal “questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias prefabricadas de representantes de outra burocracia” fundamenta-se na dependência dos meios de comunicação social nos “canais de rotina”. Estes canais fazem com que a maioria das notícias seja produzida com base em informações de “profissionais do negócio de lidar com o campo jornalístico” (Traquina, 1999, p. 173), gerando uma distinção no acesso aos meios de comunicação social, podendo até criar uma interdependência entre jornalistas e fontes o que, em certos casos, pode facilitar a fuga de informações.

1.5.3 Valores-notícia

Os valores-notícia procuram responder à pergunta: “quais são os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (Wolf, 1999, p. 195).

Do ponto de vista jornalístico um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente em função da sua maior ou menor previsibilidade: “o acontecimento jornalístico irrompe sem nexos aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registado discursivamente” (Rodrigues, 2001, pp. 98-99).

Segundo Rodrigues (2001) alguns registos da notabilidade dos factos, e os mais recorrentes, são: o excesso; a falha; e, a inversão.

Os valores-notícia fornecem critérios que permitem aos jornalistas definir rotineira e regularmente “quais as «estórias» que são «noticiáveis» e quais não são, quais as «estórias» que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes” (Hall, Chritchler, Jefferson, Clarke, & Roberts, 1999, p. 225).

Galtung e Ruge (1999) enunciaram doze valores-notícia: a frequência – diz respeito à existência de uma espécie de sintonia entre a frequência do acontecimento e a periodicidade jornalística; a amplitude – refere-se à grandeza e intensidade de um acontecimento, ou seja, quanto maior a grandeza de um acontecimento, mais provável será a sua divulgação; a clareza (ou falta de ambiguidade) – o acontecimento terá de ter apenas um significado, quer dizer, quanto menos dúvidas houver em relação ao significado de um acontecimento, maiores são as probabilidades de ser noticiado; a significância – resulta da junção da proximidade e relevância. O acontecimento terá mais impacto quanto maior for a proximidade cultural com o público e tem de ser relevante.

Apesar de haver uma certa regularidade na escolha do que é ou não notícia, essa tende a variar de valor e de importância de acordo com o lugar em que ocorre. Como refere Park (cit. in Melo, 2007, p. 10), é comum ler-se “uma coluna e meia de itens de duas ou três linhas a respeito dos homens e coisas da sua cidade antes de ler um artigo de uma coluna, por mais anunciado que tenha sido nas manchetes”. Outro dos valores-notícia refere-se à consonância – capacidade de inserir uma “nova” acção numa “velha” definição. Quanto mais o conteúdo noticioso se aproximar da imagem mental que o “consumidor” espera encontrar melhor. Os acontecimentos que se desviarem muito das expectativas existentes não serão registados. A imprevisibilidade, outro valor-notícia, relaciona-se com o conjunto dos acontecimentos candidatos a notícia, sendo que o mais inesperado tem maior probabilidade de ser escolhido. O carácter inesperado do acontecimento é um critério que parece corrigir os restantes. É o inesperado dentro dos limites do significativo e do consonante. Também a continuidade é um valor-notícia no sentido em que, logo que algum acontecimento atinja os cabeçalhos e seja definido como notícia, então continuará a ser definido como notícia durante algum tempo, mesmo que a amplitude seja drasticamente reduzida. Assim como a composição, valor-notícia que se revela na forma como os acontecimentos são escolhidos, de modo a constituir um todo equilibrado. Se houver um número muito elevado de notícias do estrangeiro, o valor de noticiabilidade de notícias domésticas será mais elevado.

Enquanto estes oito primeiros valores parecem variáveis independentes da cultura em que se verificam, há factores que influenciam a transição dos acontecimentos para as notícias e que são culturalmente determinados: a referência a nações de elite – quanto mais um acontecimento diga respeito às nações de elite mais existe a possibilidade de ser representado; a referência a pessoas de elite – valor-notícia que dá relevo ao actor do acontecimento enquanto pessoa de elite, uma vez que as acções das elites são geralmente mais importantes do que as actividades dos outros; a personificação (referência às pessoas envolvidas) – as notícias têm tendência para apresentar os acontecimentos como protagonizados por um sujeito, uma determinada pessoa ou colectividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência da acção dessas pessoas; e, a negatividade (*bad news is good news*) – as más notícias tendem a ter mais impacto perante a audiência. Quanto mais negativo for o acontecimento, mais provável a sua transformação em notícia.

Apesar de estes valores serem apresentados como uma lista funcionam de forma complementar. Como refere Wolf (1995), na fase de selecção dos acontecimentos é das relações e combinações dos valores-notícia que um facto é escolhido ou não. Além disso, estão dispersos ao longo de todo o processo de produção funcionando como base para a definição dos critérios de relevância dos acontecimentos, como explica Correia (1997).

Santos (1992) afirma que um acontecimento em que se verifiquem vários destes valores-notícia tem grandes possibilidades de ser noticiado, não se verificando alguns, tal poderá ser compensado caso haja um critério em que o acontecimento seja muito forte, não se verificando nenhum, o acontecimento não será noticiado. Este pressuposto vai também influenciar a fase de produção das notícias, uma vez que, como explica Cruz (2002), depois de se seleccionar a notícia, os factores que a tornam noticiável serão salientados, gerando uma distorção. Aqui referimos a importância dos enquadramentos (*frames*) que, como explica Correia (2009), enquanto elementos cognitivos, aparecem na organização da escolha das partes da realidade que irão ser transformadas em notícia.

Importa também referir que os valores-notícia têm um carácter dinâmico, isto é, “mudam no tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional (...), não permanecem sempre os mesmos” (Wolf, 1999, p. 198), o que leva a que o que hoje é notícia pode amanhã não o ser, assim como o contrário.

1.5.4 Estrutura

“A construção jornalística visa obter a melhor compreensão possível do leitor, com o mínimo de esforço para este” (Gaillard, 1971, p. 83). Atendendo a esta premissa, os jornalistas tentam encontrar a melhor forma de estruturar as suas notícias.

Na estrutura interna de uma notícia existem dois elementos básicos: o *lead* e o corpo. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia e a sua parte fundamental. É um resumo ou síntese da notícia, onde se encontram os elementos mais importantes, respondendo-se às questões: O Quê? Quem? Como? Quando? Onde? Porquê? De que modo? Com Que meios? Com que efeitos? “O *lead* pode ser definido como o parágrafo sintético, vivo, leve com que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor” (Erbolato, 1979, p. 61). Como refere Pereira (1980, p. 53), um bom *lead* “é a melhor coisa que um jornalista pode pretender quando escreve uma história [porque é ele] que irá ou não levar o leitor a ler o que se segue”. Segundo Fontcuberta (1999) todos os *leads* devem obedecer a dois requisitos: explicar a essência do acontecimento; e, captar a atenção do receptor. Existem vários tipos de *leads*, como por exemplo os simples e os compostos, dependendo se abrangem um ou mais factos importantes, respectivamente.

Quanto ao corpo este deve conter os restantes elementos do acontecimento. De acordo com Fontcuberta (1999) deve conter: dados que explicam e ampliam o *lead*; dados que ajudem a situar a notícia num determinado contexto (se necessário); e, material secundário ou de menor importância (se necessário).

Não pretendemos agora enunciar todos os sistemas ou modelos estruturais, até porque muitos textos nem obedecem a nenhum dos sistemas aqui referidos, no entanto,

estes são os que, de acordo com a nossa pesquisa, são considerados os mais eficazes (critério preponderante na escolha do jornalista).

Segundo Erbolato (1979), existem três sistemas de redacção jornalística, quanto à técnica de apresentação: pirâmide invertida, pirâmide normal e sistema misto.

No estilo da pirâmide invertida os factos principais são expostos no primeiro parágrafo – *lead* – oferecendo um resumo. Os restantes factos são apresentados, como explica Correia (2011), por uma ordem decrescente de importância, de forma a criar condições para que, em caso de necessidade se possa ir retirando texto, a partir do fim, sem perturbar a leitura do que resta. Apesar de não seguir uma lógica do texto narrativo obedece a “imperativos decorrentes de um suposto interesse do leitor, visando aquilo a que poderíamos dar o nome de economia do tempo de leitura” (Rodrigues, 2000, p. 95). O estilo da pirâmide invertida tem dois objectivos: informar imediatamente qual o núcleo fundamental da notícia; e, se for necessário, encurtar a notícia, facilitando a eliminação dos últimos parágrafos. Este estilo ajuda o leitor, não o privando, caso desista de lêr até ao fim, senão de elementos secundários. Mas, segundo Gaillard (1971), esta regra é relativa porque só se aplica a notícias breves, caso contrário é necessário ir despertando a atenção do leitor, já que, geralmente, a atenção vai decrescendo. O autor refere, por isso, que é necessário guardar elementos secundários, possivelmente, mas interessantes ou emocionantes, assim como os elementos de explicação julgados necessários, para os repartir pelo corpo do texto. Nestes casos, o sistema a usar terá que ser diferente.

Na pirâmide normal “os factos são apresentados pela ordem do acontecimento e, portanto, por ordem crescente de importância” (Crato, 1995, p. 133). Começa pela descrição das circunstâncias, prossegue com a narrativa dos acontecimentos até chegar ao desenlace. Esta técnica permite deixar o leitor suspenso até ao final.

O sistema misto verifica-se quando a pirâmide normal é precedida de um *lead* informativo. Neste caso “o essencial é já conhecido pelo leitor e trata-se de criar interesse pela narrativa, que explica a evolução dos acontecimentos” (Crato, 1995, p. 133).

2. Polícia

2.1 Definição conceptual

Tanto na linguagem corrente como científica a expressão polícia é polissémica. Em termos etimológicos este termo surgiu da palavra grega *politeia*, associada à *polis*, e serve para designar “a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade-estado” (Dias, 2012, p. 67).

Como designa Dias (2012), na linguagem corrente, o termo polícia, dependendo se é usado no masculino ou feminino, serve para denominar, respectivamente, o agente da autoridade ou as corporações que desenvolvem actividades de segurança pública.

Este termo é também empregue para designar a actividade desenvolvida, pelos elementos anteriormente referidos, com o fim de garantirem a ordem e a segurança públicas. Além disso, a expressão polícia é utilizada para qualificar certas ocorrências e condutas (poderes de polícia, medidas de polícia, etc.) e para caracterizar determinado modelo de organização do poder político, como é o caso do Estado de polícia.

No âmbito da teoria geral do Direito Administrativo a polícia é, como define Marcelo Caetano (1990, p. 1150) no seu *manual de direito administrativo*,

o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir.

Importa percebermos, no entanto, que a concepção de polícia não se esgota nesta definição, tal como explica Valente (2009), visto: existirem condutas levadas a cabo por pessoas jurídicas ou colectivas capazes de também lesar ou colocar em perigo bens jurídicos e, assim, também compete à polícia vigiar e prevenir no sentido de evitar tais lesões; uma polícia contemporânea procura evitar perigos não só para interesses gerais ou colectivos mas também para interesses singulares e individuais; e, em primeira linha deve estar a prevenção do perigo e só depois a prevenção do dano.

Uma vez que a polícia “constitui um dos pilares do edifício da Administração Pública” (Raposo, 2006, p. 41) está sujeita aos princípios constitucionais enformadores desta administração. Estes princípios estão essencialmente contidos no art.º 276.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e são: o princípio da desburocratização (n.º 1); o princípio da aproximação dos serviços às populações (n.º 1); o princípio da descentralização (n.º 2); e, o princípio da desconcentração (n.º 2). Além destes, a lei fundamental consagra ainda dois relevantes princípios que dizem respeito às forças de segurança. É no art.º 272.º da CRP que, como refere Raposo (2006), além de estarem genericamente enunciados os fins da polícia, está consagrado um conjunto de princípios fundamentais em matéria de actividade e organização policiais, e que são: o princípio de reserva de lei na definição do regime das forças de segurança, determinando assim que legislar sobre o regime geral ou comum das forças de segurança é uma competência exclusiva da Assembleia da República (conforme o art.º 164.º, alínea u), da Constituição da República), enquanto a orgânica de cada força de segurança pode ser aprovada por lei da Assembleia ou decreto-lei do Governo; e, o princípio da unidade de organização, proibindo a existência de forças de segurança de âmbito regional e local.

Importa, neste contexto, clarificar o que se entende por forças de segurança. Raposo (2006, p. 49) esclarece que forças de segurança são

as corporações policiais que têm por missão assegurar a manutenção da ordem e segurança públicas e o exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, dispondo para o efeito de uma estrutura organizativa fortemente hierarquizada, especialmente habilitada para o uso colectivo de meios coercivos.

É neste conceito que se insere a Polícia de Segurança Pública (PSP), uma vez que a Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto (Lei Orgânica da PSP), no seu art.º 1º, refere que a PSP “é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”, e no n.º 3 do mesmo art.º refere que “a PSP está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando e o pessoal sem funções policiais sujeito às regras gerais de hierarquia da função pública”.

No que concerne à missão da PSP, é mais uma vez o art.º 272º da CRP, agora no seu n.º 1, que estatui que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Quanto à defesa da legalidade democrática Canotilho e Moreira (2010, p. 859) explicam que esta se refere “à ideia de garantia de respeito e cumprimento das leis em geral, naquilo que concerne à vida da colectividade”. Garantir a segurança interna, por sua vez, segundo os mesmos autores, deve ser conjugado com o art.º 273º da Lei fundamental que, ao definir que a segurança externa da República cabe à defesa nacional, isto é, é tarefa das Forças Armadas, coloca estas à margem da função de segurança interna. Por fim, a função de defender os direitos dos cidadãos remete-nos para a obrigação da polícia para com a protecção pública dos direitos fundamentais, isto é, a protecção dos direitos dos cidadãos contra possíveis agressões de terceiros. Neste sentido, há que ter a noção de que os direitos dos cidadãos, além de imporem um limite à actividade policial, conforme o n.º 2 do art.º 272º da CRP, constituem também um dos seus fins.

2.2 A ordem e segurança públicas e a liberdade de reunião e manifestação

Ordem e segurança públicas são uma exigência e uma consequência da ordem jurídica, estando a chave dos conceitos “na ideia de normalidade mínima protegida e garantida pelo ordenamento jurídico” (Dias, 2012, p. 80), lembrando também Oliveira (2000, p. 24) que a ordem pública democrática encerra em si um duplo sentido uma vez que “acarreta alguns limites às liberdades individuais mas é ao mesmo tempo servidora dessas mesmas liberdades”. Neste sentido, torna-se necessário encontrar na lei o ponto de equilíbrio ideal e na prática o seu respeito escrupuloso.

A liberdade de reunião e de manifestação é “sinal de liberdade, independência e emancipação da sociedade e do cidadão consciente dos seus direitos e deveres cívicos

(...) [e destina-se] a permitir a livre discussão de ideias, como elementos vitais de uma ordem estadual democrática e livre” (Sousa, 2009, p. 108). As reuniões e manifestações são “uma verdadeira válvula de segurança da sociedade democrática. Através delas as minorias, que normalmente estão afastadas dos centros de decisão, podem erguer a sua voz e dar a conhecer as suas exigências” (Sousa, 2009, p. 109). São uma forma de atenuação dos efeitos de algumas insuficiências dos modelos democráticos, essencialmente dominados pelas maiorias. A liberdade de reunião e manifestação surge como reflexo directo da soberania popular e apresenta-se como “meio privilegiado para despertar o interesse e a participação no processo de formação democrática da vontade política” (Sousa, 2009, p. 109). Como explica Machado (2009, p. 322) esvaziando a tensão favorece-se “a contenção e a retoma da razão. Consideram-se, por isso, as «manifestações», *lato sensu*, um meio de evidenciar descontentamento e reequilibrar a tensão depois de dar a conhecer as suas causas e os seus objectivos”.

A Constituição portuguesa garante o direito de reunião e manifestação, desde que ele se exerça de forma pacífica e sem armas (art.º 45.º), no entanto não define o *carácter pacífico*. Para Sousa (2009, p. 110) este implica a proibição de “acções que violem, de forma relevante, a paz jurídica e os bens jurídicos de terceiros, quaisquer ilícitos penais e, em geral, quaisquer violações relevantes ao direito policial”. Quanto ao conceito de arma, este deve entender-se em sentido amplo, isto é, compreendendo “tanto as armas em sentido técnico (conceito legal de arma), como as armas em sentido não técnico, ou seja, quaisquer objectos que pela sua natureza sejam adequados a lesar pessoas ou danificar bens” (Sousa, 2009, pp. 110-111).

Sobre a intervenção por parte das forças de segurança, os Estados compreendem que em caso de necessidade, se esta for desajustada pode desencadear uma espiral de violência. Assim, cabe também aos cidadãos respeitar a ordem pública, sabendo que se não o fizerem as polícias terão legitimidade para a repor. Trata-se de um jogo de forças entre os cidadãos, que tentam ir além dos seus direitos, e as forças de segurança, em última análise o Estado, que tentam garantir que os direitos, liberdades e garantias de todos são protegidos. Nesta área a polícia também pode ter um papel importante ao actuar de forma a não provocar os manifestantes. Waddington (2007) dá um bom exemplo de uma actuação em que a polícia teve que intervir, durante a reunião do G8 na Escócia, em 2005, contra um pequeno grupo mais violento, durante uma manifestação pacífica, e cujo procedimento envolveu agentes com equipamento anti-motim que, depois do incidente, rapidamente o tiraram, ficando com a farda normal para acalmar os ânimos e não passar o sentimento de revolta ou “solidariedade” para as restantes pessoas.

Como explica Oliveira (2000), uma polícia democrática não pode utilizar meios de intervenção que entrem em contradição com o objectivo da sua missão. Se a ordem

pública “espelha o equilíbrio entre as várias liberdades, desde a liberdade de culto, até à liberdade de expressão, permitindo a manifestação de todas elas” (Clemente, 2009, p. 128), quando exista necessidade de intervenção por parte de uma força de manutenção da ordem, o seu responsável deve “renunciar à utilização de meios que ponham em causa a dignidade das pessoas e das suas vidas” (Oliveira, 2000, p. 27), sem esquecer porém que em situações de legítima defesa ou de reposição da ordem pública poderá ser feito o uso legal da força, mas sempre com respeito pelas regras sobre medidas de polícia e, conseqüentemente, pelos princípios que lhes são inerentes: tipicidade; proibição do excesso; necessidade; exigibilidade; e, proporcionalidade.

Felgueiras (2009) refere a gestão dos níveis de violência como forma de retorno, o mais rápido possível, de uma situação de violência ao estado de normalidade. Este método tem-se verificado pelo “aumento da minúcia com que as polícias modernas preparam as acções de policiamento de grandes eventos” (Felgueiras, 2009, p. 147). Waddington (2007) faz referência à mudança do estilo de policiamento de ordem pública nas últimas três décadas, tendo a polícia passado a actuar por antecipação, baseando-se quer na recolha de informação quer na negociação prévia com os líderes dos grupos, trabalhando e negociando algumas medidas e trajectos, com vista a minimizar os confrontos, evitando pôr em perigo a integridade física das pessoas.

No âmbito de uma intervenção policial relativa a questões de manutenção ou reposição de ordem pública, em sentido restrito, Felgueiras (2009) sintetiza o tipo de abordagens da seguinte forma: intervenção meramente reactiva; e, intervenção baseada na gestão dos níveis de violência. Como explica o autor, o primeiro tipo de abordagem é efectuado em função dos acontecimentos, isto é, perante manifestações de violência ou situações susceptíveis de gerar desordens, a polícia apenas tenta controlar o incidente. Quanto ao segundo tipo de abordagem, neste caso a polícia intervém numa lógica de gestão dos níveis de violência que podem surgir ao longo do evento. Neste tipo é essencial que exista informação suficiente de forma a compreender as interacções dos diferentes grupos presentes.

Em eventos onde está concentrado um grande número de pessoas as forças policiais têm que compreender o que favorece a ocorrência de situações violentas, isto é, têm que compreender a dinâmica das multidões. A psicologia social sobre eventos de massa e acções de multidões geradoras de violência e perturbação começou com a clássica “teoria de multidões de Le Bon (1960/1985) [que refere que] as pessoas em grandes grupos perdem a sua identidade e comportam-se de uma maneira destrutiva e desinibida” (Hylander & Guvå, 2010, p. 26). No entanto, esta teoria usou a ideia do homem racional, isto é, dadas as mesmas condições as pessoas agem sempre da mesma forma, vendo diluída a sua racionalidade e assumindo o comportamento grupal,

podendo assumir certos comportamentos violentos mesmo que esse não fosse o seu estilo comportamental habitual, não se podendo assim explorar questões como as diferenças de grupos e as diferenças individuais. Nas últimas décadas foram surgindo teorias psicossociológicas que procuram explicar “o que está a acontecer dentro e entre grandes grupos envolvidos em acções violentas” (Hylander & Guvå, 2010, p. 26) considerando factores contextuais como influenciadores do curso dos acontecimentos.

Mais recentemente surgiu o modelo elaborado de identidade social (Felgueiras, 2009). Os autores deste modelo não acham que as pessoas perdem a sua identidade e se tornam parte de uma multidão violenta e imprevisível. Em vez disso, sugerem que as pessoas, numa multidão, passam de uma identidade pessoal para uma identidade social, comportando-se de acordo com as normas de identidade do grupo. “A identidade social funciona como o «bilhete de identidade» do grupo, isto é, são as características que o tornam único em relação aos outros” (Felgueiras, 2009, p. 157). Esta identidade pode ser caracterizada por: “objectivos e prioridades do grupo; valores e padrões de actuação; que tipo de relações de influência existem; natureza dos objectivos e das expectativas; a forma como os elementos do grupo vêem os outros grupos; como se interpreta o seu comportamento; quais as condições que propiciam o conflito com os outros” (Felgueiras, 2009, p. 157).

Em termos de actuação, após a identificação da identidade dos grupos, tendo em conta o princípio da facilitação referido por Felgueiras (2009), a polícia deve tentar perceber como frustrar ou facilitar a acção destes, consoante os seus objectivos sejam ou não legítimos, fazendo uma intervenção selectiva ao longo de todo o processo de forma a só limitar quem tenha objectivos que colocam em causa a normalidade social. Sempre que a actuação seja no sentido de condicionar expectativas deve ser devidamente justificada. Esta selectividade está ligada ao princípio da diferenciação, que preconiza que uma comunidade ou multidão não pode ser tratada da mesma forma, sob pena de se estar a gerar desconforto em quem adopta uma conduta e postura exemplar, prejudicando assim a confiança dos cidadãos na polícia. Felgueiras (2009) refere também a comunicação como um processo importante para aproximar a percepção da polícia da percepção dos cidadãos relativamente aos acontecimentos.

Como referem Hylander e Guvå (2010), os membros de um grupo reagem às acções dos restantes grupos ou às acções que entendem ser as dos outros grupos, não às reais intenções destes. Em grandes eventos que se transformam em tumultos, geralmente os membros de um grupo, seja de polícias ou manifestantes, sentem-se provocados por alguns membros de outro grupo e consideram-no como um todo provocador. Assim, agem na defesa de si mesmos, de forma hostil. O grupo hostilizado, por sua vez, ao tentar defender-se, contra-ataca violentamente e o distúrbio agrava-se.

2.3 A PSP e os OCS em grandes eventos de cariz político

De acordo com a definição de grande evento do *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe* (projecto EU-SEC II, 2007), um bom exemplo de grandes eventos de cariz político são as já referidas manifestações. Nestas, como ensina Oliveira (2000, p. 195), temos uma série de participantes como os manifestantes, o serviço de ordem e onde podemos também considerar os jornalistas como actores de uma manifestação, uma vez que a mediatização do evento é tanto procurada por estes como pelos manifestantes. Assim, devido à presença destes profissionais nos eventos, conforme explica Oliveira (2000), cabe aos próprios órgãos da Administração Pública assegurar o seu direito de acesso às fontes. Os únicos condicionamentos relativos à presença dos jornalistas em local público, para efeitos de cobertura jornalística, prendem-se com a segurança do próprio jornalista ou com o facto de a sua presença pôr em causa o serviço de ordem ou acção de manutenção da ordem. Para evitar que tal situação suceda deve-se actuar de forma preventiva, isto é, criar condições de cooperação entre a força pública e estes profissionais, orientando-os para locais seguros, o que nem sempre acontece, quer seja por falta da definição desse local ou porque os jornalistas querem estar “em cima do acontecimento” que lhes pode proporcionar uma boa notícia, mesmo que isso implique pôr em causa o que referimos.

Sobre esta matéria, Pinho (2009) explica que na relação com os jornalistas deve a polícia saber gerir o fluxo de informação cedida aos OCS porque, além das situações referidas no parágrafo anterior, podem circular rumores sobre as actividades desenvolvidas, nomeadamente desinformação sobre as acções ou respostas policiais que importa clarificar, de modo célere, através dos meios institucionais vocacionados para esta área. Entre outras funções, a tarefa de assegurar a informação e as relações públicas com os OCS, com vista à criação e manutenção de uma imagem positiva e confiança na instituição, as quais poderão facilitar a sua missão junto da população, compete especialmente ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), directamente dependente do Director Nacional, conforme o n.º 2 do artigo 18.º da Lei Orgânica da PSP, isto sem por em causa a possibilidade de ser algum elemento no local da actuação policial a cumprir esse papel, sempre em coordenação com este gabinete.

Além da informação cedida aos OCS, a polícia deve também preocupar-se em avaliar a informação transmitida por estes, evitando assim cometer erros que podem prejudicar toda a sua actuação. Uma boa gestão de informação, como referem Gorringe e Rosie (cit. in Waddington, 2007), foi feita durante a já referida reunião do G8 na Escócia, quando os OCS previam que a marcha contra a pobreza, a fome e as alterações climáticas, que se realizou nessa altura, iria ser violenta e na verdade decorreu

pacificamente. Se a actuação policial tivesse sido baseada nestas informações teria sido preparada de uma forma ostensiva, poderia ter sido encarada como provocadora e resultado em graves confrontos, o que felizmente não aconteceu.

Estes são alguns dos aspectos a ter em consideração, no intuito de continuar a justificar “o sucesso que hoje se reconhece, dentro e fora de fronteiras, à polícia portuguesa, em especial à Polícia de Segurança Pública, na gestão de grandes eventos de segurança” (Dias, 2012, p. 129).

3. Formulação do problema

Vivemos hoje inseridos numa complexa rede de relações e interações onde obrigatoriamente adquirimos padrões de comportamento, códigos culturais, que nos permitem sociabilizar mas ao mesmo tempo moldam o nosso comportamento.

A comunicação é a forma que possuímos para partilhar ideias, colocá-las em comum, passar do particular para o colectivo. No fundo é isso que fazem os meios de comunicação social, partilham ideias sobre factos, acontecimentos, não podemos dizer que se limitam a relatar o que aconteceu. Um jornalista, na produção das notícias, não consegue abstrair-se dos seus valores, crenças, de tudo o que faz parte dele enquanto pessoa, nem alhear-se de todas as condicionantes que lhe são impostas por trabalhar em, ou para, determinada empresa que, como é compreensível, só sobrevive se vender o seu produto e por isso tem as suas regras criadas e implementadas, assim como as próprias condicionantes de tempo, espaço e económicas que também vão condicionar a produtividade do jornalista. Devido à velocidade com que hoje em dia a informação circula, os OCS têm que estar constantemente actualizados, podendo uma notícia ser alterada ou desmentida em pouco tempo, e se não houver uma constante actualização é a credibilidade do jornalista e da própria empresa que é posta em causa.

Têm sido diversas as investigações realizadas sobre os jornalistas, a actividade jornalística e a influência que o seu produto, as notícias, tem sobre o poder político mas sobretudo sobre o público que constitui o mundo, não só mas também, a partir do que circula nos meios de comunicação social, e que sacia nestes a sua sede de informação, provocada pela incapacidade de estar pessoalmente perante os principais acontecimentos e pela necessidade de absorver o máximo de pormenores, alargar conhecimentos, para poder discuti-los com os seus pares. É neste ponto que a última teoria por nós estudada, a teoria do *agenda-setting* se debruça. Os seus autores perceberam que, mesmo com algumas condicionantes, os jornalistas ao escolherem noticiar determinados acontecimentos, e dentro desses acontecimentos escolherem determinados pormenores, de um modo geral, vão ter influência não só no que as pessoas pensam mas como pensam, influenciando assim a opinião pública.

Ora, esta influência vai-se reflectir também na percepção que as pessoas terão das diversas instituições do sistema social, onde se inclui a Polícia de Segurança Pública (PSP). Esta força de segurança tem por missão, de acordo com o n.º 1 do art.º 272º da CRP, “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” e por isso necessita de estar em permanente contacto com a população, tendo por vezes que utilizar meios coercivos para cumprir a sua missão.

Tendo em conta o nosso estudo sobre os meios de comunicação social, mais concretamente sobre a imprensa, e percebendo que estes moldam a realidade antes de a transmitirem ou durante a sua transmissão, pretendemos perceber qual a interpretação da actuação da PSP em grandes eventos de cariz político que os OCS difundem para a população e que poderá provocar nestas diferentes sentimentos em relação à instituição e à sua imagem, uma vez que as pessoas mais informadas vão beber informação aos jornais e esta fará parte das suas exposições, ainda que moderada ou condicionada pelas características da pessoa, cultura, valores, nível de formação, etc.

Para tal estudo e interpretação não poderíamos deixar de definir o conceito de “grande evento” e por isso adoptamos a definição do projecto EU-SEC II (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007). Atendendo a conceito foram então seleccionados os eventos: 11 de Fevereiro – manifestação CGTP; 22 de Março – Greve geral; 15 de Setembro – manifestação “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”; 29 de Setembro – manifestação do “Terreiro do Povo”; 14 de Novembro – Greve geral (europeia); e, 27 de Novembro – manifestação CGTP.

Uma vez que este estudo possui um carácter exploratório, não foram formuladas hipóteses prévias que tivessem de ser testadas e posteriormente confirmadas ou infirmadas (Bogdan & Biklen, 1994). O problema de investigação foi formulado através das questões de investigação que surgiram da pesquisa bibliográfica realizada, as quais possibilitaram um enquadramento do estudo a realizar. Assim, surgem-nos desde já algumas questões sobre as notícias publicadas pela imprensa: Nas notícias é dada maior relevância às razões que levaram à realização do evento e à actuação policial, caso tenha acontecido, ou a preocupação maior prende-se com a simples descrição do desenrolar da acção? Que relevância é dada às motivações dos intervenientes? A quem dão voz os OCS quando procuram justificar o conteúdo das suas peças.

No fundo, o que nos propomos alcançar é a caracterização do discurso relativo à actividade policial, especificamente sobre o policiamento de grandes eventos políticos, e fornecer grelhas de compreensibilidade das notícias.

Capítulo II – Método

4. Abordagem qualitativa

O trabalho científico pode desenvolver-se de acordo com dois tipos de estratégia consoante o objecto de estudo sobre o qual incide e as questões de investigação que se pretendem ver respondidas, são eles quantitativos e qualitativos. Nos primeiros o que serve de informação é a frequência do aparecimento de certas características do conteúdo ou de correlação entre elas. Nos segundos é a presença ou a ausência de uma dada característica ou de um conjunto de características de conteúdo num determinado fragmento de mensagem ou o modo como os elementos do discurso estão articulados que é tomado em consideração (George, cit. in Bardin, 2008).

Através da abordagem qualitativa ambicionamos, neste trabalho, ir além das aparências, isto é, compreender para além dos significados imediatos. Pretendemos descrever, descodificar e interpretar a informação transmitida pelas notícias dos jornais já referidos, relativamente à actuação policial em grandes eventos de cariz político.

A análise qualitativa, além de ser mais fiel na captação dos dados da realidade, é mais maleável e mais adaptável a índices não previstos (Bardin, 2008), logo, mais adequada ao nosso estudo.

Esta abordagem tem também as vantagens de poder funcionar “sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes” (Bardin, 2008, p. 115). Quanto a problemas, eles existem “ao nível da pertinência dos índices retidos” (Bardin, 2008, p. 115), uma vez que certos elementos importantes podem não ser apreciados, enquanto elementos não significativos podem ser considerados relevantes.

Concluindo, Bardin (2008, p. 115) ensina que o que caracteriza a análise qualitativa “é o facto de a inferência¹ – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual”.

5. Corpus

Para Bardin (2008, p. 96) “o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” e a sua constituição pressupõe que se respeitem quatro regras que foram também tidas em conta na constituição do nosso *corpus*: a regra da exaustividade, que estabelece a obrigatoriedade de ter em conta todos os elementos desse *corpus*, não se podendo descurar qualquer elemento sem uma justificação, sendo verificada no nosso estudo uma vez que não deixamos de

¹ Na análise de conteúdo inferência é um tipo de interpretação controlada (Bardin, 2008).

analisar nenhuma das notícias; a regra da representatividade, que permite que a análise seja feita a uma amostra representativa do universo inicial, generalizando-se depois os resultados ao todo, verificando-se que no nosso caso esta regra é aplicada “por excesso” uma vez que incluímos a totalidade das notícias (o universo) que surgiram na base de dados da empresa CISION; a regra da homogeneidade, que determina que os documentos que constituem o *corpus* sejam homogêneos em termos de critérios de escolha, aplicando-se também porque a escolha das notícias que compõem o nosso *corpus* foi feita sempre da mesma maneira e seguindo sempre os mesmos critérios; e, a regra da pertinência, que estabelece a necessidade de os documentos serem fontes adequadas ao objectivo suscitado pela análise e que no nosso estudo também que verifica uma vez que todas as notícias estão relacionadas com a actuação policial em grandes eventos políticos.

O *corpus* deste trabalho é constituído por 122 notícias, publicadas no Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, no ano civil de 2012, sobre os eventos 11 de Fevereiro – manifestação CGTP; 22 de Março – Greve geral; 15 de Setembro – manifestação “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”; 29 de Setembro – manifestação do “Terreiro do Povo”; 14 de Novembro – Greve geral (europeia); e, 27 de Novembro – manifestação CGTP e às quais tivemos acesso através da conta do Ministério da Administração Interna da base de dados da empresa CISION, que se dedica à recolha e catalogação de todas as notícias nacionais e internacionais que saem em todos os órgãos de comunicação social nacionais.

6. Instrumento: Análise de conteúdo

Pais (2004, p. 248) explica que “a análise de conteúdo é um dos mais importantes métodos de investigação em ciências sociais” e Vala (1990, p.101) refere que se trata de “uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais”. Esta começou por ser utilizada para analisar a qualidade da informação jornalística (Pais, 2004), no séc. XX, nos Estados Unidos, sendo, ainda neste período, aplicada à literatura, rádio, cinema e televisão (Krippendorff, 2004).

Ao longo dos tempos a análise de conteúdo tem sido utilizada por aqueles que “querem dizer não «à ilusão da transparência» dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea” (Bardin, 2008, p. 28), isto é, esta técnica tentou dar resposta a algumas procuras sociais, entre as quais, uma das mais conhecidas é a que foi realizada durante a Segunda Guerra Mundial onde se estudou a propaganda aliada e inimiga (Ghiglione & Matalon, 2001). No fundo, no nosso trabalho é isso que pretendemos alcançar, uma compreensão para além dos significados imediatos das notícias que nos fornecem os OCS relativamente à actuação policial nos eventos que

seleccionamos. Foi devido a procuras sociais como estas que a análise de conteúdo se desenvolveu de forma a ser cada vez mais fiável, através da objectividade, sistematicidade e capacidade de generalização (Ghiglione & Matalon, 2001).

Existem diversas definições de análise de conteúdo. Para Berelson (cit. in Vala, 1990, p. 103), análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Há também diversos autores que a definem como uma “técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objectiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (Caregnato & Mutti, 2006, p. 682). De acordo com estas últimas autoras, esta técnica é composta por três grandes etapas: pré-análise (fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objectivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação); exploração do material (os dados são codificados a partir das unidade de registo²); e, tratamento dos resultados e interpretação (nesta etapa procede-se à categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns).

Pode dizer-se, como refere Vala (1990, p.104), que a análise de conteúdo tem como finalidade “efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”, ou dito de forma diferente, como ensina Bardin (2008), ao aplicar-se a análise de conteúdo, de uma maneira geral, os objectivos são: ultrapassar a incerteza de que a nossa interpretação da mensagem pode ser partilhada, isto é, trata-se de uma interpretação válida e generalizável; e, enriquecer a leitura, ultrapassando o conhecimento espontâneo, descobrindo conteúdos e estruturas que *a priori* não são compreensíveis.

Uma vantagem bastante relevante deste instrumento de análise, como refere Pais (2004), tem a ver com o facto de o produtor e o receptor das mensagens não ter consciência que estas estão a ser, ou vão ser, analisadas, “havendo um risco menor de a própria análise influenciar o processo comunicacional” (Pais, 2004, p. 250). Por exemplo, no caso das notícias que compõem o nosso *corpus*, elas foram produzidas para transmitir determinadas informações e não com o intuito de serem objecto de análise da nossa parte. Uma outra vantagem pode ser apontada por comparação aos estudos de observação participante nas redacções, que “são demorados e a redacção nem sempre está ao dispor do académico metediço” (Hackett, 1999, p. 113), podendo a análise de

² “Uma unidade de registo é o segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria” (Vala, 1990, p. 114).

conteúdo ser feita em qualquer lugar, desde que se possua o material a analisar (como as notícias do nosso *corpus*).

Apesar das inegáveis vantagens deste método existe um importante factor que o investigador tem que ter em conta: a qualidade. Para que as inferências se mostrem credíveis os procedimentos devem sujeitar-se a regras de fidelidade e validade (Pais, 2004). Segundo Ghiglione e Matalon (2001, p. 195) a fidelidade está ligada “ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe”, assentando assim os testes de fidelidade, essencialmente, na fidelidade do codificador e das categorias de análise.

Relativamente ao codificador, a fidelidade deve ser procurada em dois planos, explicados por Ghiglione e Matalon (2001): o plano intercodificador e o intracodificador. O primeiro é relativo ao emprego de um conjunto de codificadores ao mesmo texto, devendo chegar sempre aos mesmos resultados. No segundo, um mesmo codificador, utilizado em momentos diferentes, no mesmo texto, deve chegar ao mesmo resultado.

No que concerne às categorias de análise utilizadas, elas visam simplificar a informação para potenciar a apreensão e a explicação do objecto de estudo (Vala, 1990). Segundo Ghiglione e Matalon (2001) a fidelidade das categorias é assegurada sobretudo através de categorias de análise e unidades de registo não ambíguas, que permitam classificar sem dificuldade as unidades de registo. Há sobretudo a necessidade de definir as categorias e as unidades de análise com rigor.

Quanto à validade³, esta refere-se não só à “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 196) mas também à sua validade interna, concretizada na sua exaustividade e exclusividade, isto é, no garante de que é possível colocar todas as unidades de registo nas categorias e que cada unidade de registo só cabe numa categoria (Vala, 1990). A validade deve ser verificada em todas as etapas da análise de conteúdo sob pena de, caso não seja verificada, se perder/deturpar o objectivo proposto pela investigação.

Henry e Moscovici (cit. in Bardin 2008) propõem uma categorização dos métodos de análise de conteúdo onde distinguem procedimentos fechados e procedimentos exploratórios ou abertos. Nos primeiros existe um quadro empírico ou teórico preestabelecido, isto é, a análise é sustentada por investigações anteriores, existindo uma definição das categorias *a priori*. Nos segundos “nenhum quadro categorial teórico ou empírico serve de suporte à análise” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 210), emergindo as categorias do material analisado. No entanto, neste trabalho não se utilizou nenhum destes procedimentos, ou melhor, utilizaram-se ambos, uma vez que se optou pela

³ “Diz-se que um instrumento é válido se medir aquilo para que foi desenhado” (Pais, 2004, p. 251).

utilização do que Pais (2004) designou de procedimento misto. Partiu-se então de categorias previamente definidas em trabalhos anteriormente realizados (Machado, 2012, Pereira, 2012 e Serra, 2012), mantendo sempre uma atitude receptiva a novas categorias que a análise do *corpus* pudesse fazer emergir.

7. Procedimentos

Depois de termos procedido à elaboração do enquadramento teórico do nosso problema de investigação, com o intuito de perceber mais sobre o processo de comunicação e de que forma este opera, procurámos entender de que forma são elaboradas as notícias e quais as suas características, assim como as do OCS imprensa.

No que concerne à matéria policial, foi dado especial destaque às funções de manutenção da ordem pública, uma vez que, perante um grande evento de cariz político (e não só), o principal objectivo da polícia consiste em manter a ordem e tranquilidade pública.

Relativamente à parte empírica do trabalho, como referido anteriormente, o estudo teve como base as notícias transmitidas pelos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias no ano civil de 2012. Uma vez que o nosso trabalho se insere numa Linha de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Centro de Investigação do ISCPsi. Para acedermos às referidas notícias foi utilizada a base de dados da empresa CISION, que se dedica à recolha de todas as notícias nacionais e internacionais publicadas nos OCS nacionais e regionais, e cuja conta de acesso foi fornecida pelo GIRP da PSP, após solicitação enviada por ofício (vd. Anexo 4).

A pesquisa nesta base de dados foi realizada utilizando os descritores: manifestação, policiamento, greve geral, polícia, protesto, indignados, PSP, troika e rasca. Foram também definidos diversos campos de pesquisa e filtragem, nomeadamente: a “data” de publicação (tendo sido definido o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012); o “tipo de meio” onde surge a notícia (neste caso a imprensa); o “âmbito” da notícia (tendo sido escolhido o nacional); e, o “meio” (tendo sido escolhidos os jornais anteriormente mencionados). Estas opções, à excepção do “meio”, que só foi definido em metade das pesquisas, para que inicialmente obtivéssemos o total de notícias com cada descritor, independentemente do jornal, foram mantidas em todas as pesquisas realizadas, alterando-se somente o descritor no campo “esta frase (expressão)”, pelo que foram realizadas 18 pesquisas.

Na primeira pesquisa, feita com o descritor manifestação, obtivemos 2513 notícias, passando a 752 quando definimos o meio (pesquisamos as notícias publicadas nos OCS em análise), das quais só 160 estavam relacionadas com os eventos seleccionados. Foi realizado o mesmo procedimento para todos os descritores tendo-se

obtido os seguintes resultados: policiamento, 419 notícias, das quais 222 nos OCS em análise, sendo uma relativa aos eventos; greve geral, 1001 notícias, das quais 245 nos OCS em análise, sendo 164 relativas aos eventos; polícia, 6667 notícias, das quais 3627 nos OCS em análise, sendo 105 relativas aos eventos; protesto, 3018 notícias, das quais 1034 nos OCS em análise, sendo 98 relativas aos eventos; indignados, 378 notícias, das quais 129 nos OCS em análise, sendo 18 relativas aos eventos; PSP, 9448 notícias, das quais 5716 nos OCS em análise, sendo 133 relativas aos eventos; troika, 10806 notícias, das quais 2182 nos OCS em análise, sendo 47 relativas aos eventos; e, rasca, 106 notícias, das quais 27 nos OCS em análise, sendo três relativas aos eventos.

No total foram apuradas 34356 notícias, das quais 13934 foram publicadas nos OCS em análise mas só 729 se referiam aos eventos seleccionados: 11 de Fevereiro – 38; 22 de Março – 190; 15 de Setembro – 118; 29 de Setembro – 84; 14 de Novembro – 333; e, 27 de Novembro – 14. Destas 729 notícias, 48 faziam referência a mais do que um evento em estudo.

Na etapa posterior procedemos à comparação das notícias no intuito de eliminar as que se repetiam entre descritores, ficando assim com 341 notícias, sendo 117 do CM, 136 do DN e 88 do JN.

Tendo em conta que o nosso objecto de estudo é a “actuação policial em grandes eventos de natureza política”, apenas nos interessou analisar as notícias que mencionavam essa actuação. Assim, foi feita mais uma filtragem, tendo-se apurado que somente 122 notícias faziam referência a estes factos, sendo 49 do CM, 41 do DN e 32 do JN. Destas notícias finais que compõem o nosso *corpus* uma (no DN) referia-se ao evento de 11 de Fevereiro, 43 (19 CM, 13 DN e 11 JN) ao evento de 22 de Março, 13 (três CM, cinco DN e cinco JN) ao evento de 15 de Setembro, nove (duas CM, quatro DN e três JN) ao evento de 29 de Setembro, 58 (24 CM, 19 DN e 15 JN) ao evento de 14 de Novembro e cinco (duas CM, duas DN e uma JN) ao evento de 27 de Novembro. De referir ainda que, destas notícias, seis (uma CM, três DN e duas JN) faziam referência a mais do que um dos eventos em estudo.

Numa análise posterior, e mais aprofundada, verificamos que às 122 notícias corresponde um total de 150 peças noticiosas, divididas por vários géneros jornalísticos, já referidos na secção relativa à notícia. Ficamos assim com uma notícia (no DN) relativa ao evento de 11 de Fevereiro, 48 (19 CM, 18 DN e 11 JN) ao evento de 22 de Março, 14 (três CM, oito DN e três JN) ao evento de 15 de Setembro, 10 (duas CM, quatro DN e quatro JN) ao evento de 29 de Setembro, 79 (27 CM, 31 DN e 21 JN) ao evento de 14 de Novembro e seis (três CM, uma DN e duas JN) ao evento de 27 de Novembro. Destas notícias, seis (uma CM, três DN e duas JN) faziam referência a mais do que um dos eventos em estudo.

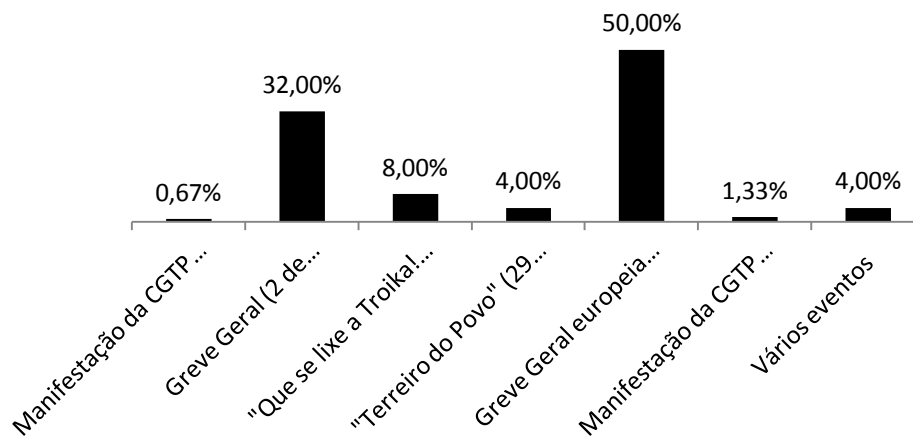


Figura 1. Distribuição das notícias do *corpus* por evento

No que é respeitante ao quadro categorial foi utilizada a grelha que já havia sido aplicada nos trabalhos de Machado (2012), Pereira (2012) e Serra (2012). Essa grelha foi baseada em anteriores grelhas construídas por Fernandes (1997), Gomes (2003) e Mealha (2009), sendo aplicadas as alterações necessárias, dado que os objectos em estudo são diferentes, sendo os iniciais desenvolvidos no âmbito de estudos de imprensa sobre drogas e o crime, pedofilia e também sobre a reintegração social de reclusos. Além desse facto, foi utilizado na definição de categorias o procedimento misto (Pais, 2004) uma vez que continuamos atentos à possível necessidade de adaptação das categorias face ao nosso *corpus*. No entanto não foi feita nenhuma adaptação, tendo-se mantido a grelha dos referidos autores.

Finalizada a análise das notícias procedemos à contabilização das unidades de registo (u.r.), para posterior análise e interpretação dos resultados.

Capítulo III - Apresentação e discussão dos resultados

1. Visão geral

Iniciaremos o presente capítulo com a apresentação geral dos resultados obtidos após a realização da análise de conteúdo das notícias que compõem o nosso *corpus*. Assim, desta análise obtivemos 3615 u.r. (vd. Anexo 3), distribuídas pelas diferentes categorias da seguinte forma: categoria Manifestantes (A=229); categoria PSP (B=1183); categoria Discurso Directo (C=528); categoria Instância (D=122); categoria Discurso Indirecto (E=343); categoria Enquadramento/Descrição (F=944); e, categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G=266).

O seguinte gráfico ilustra a distribuição destas u.r., no entanto, importa realçar que neste e nos restantes gráficos do nosso trabalho os dados serão apresentados em percentagens de forma a simplificar a percepção da prevalência de cada categoria ou subcategoria, conforme o gráfico, e facilitar uma comparação entre os dados.

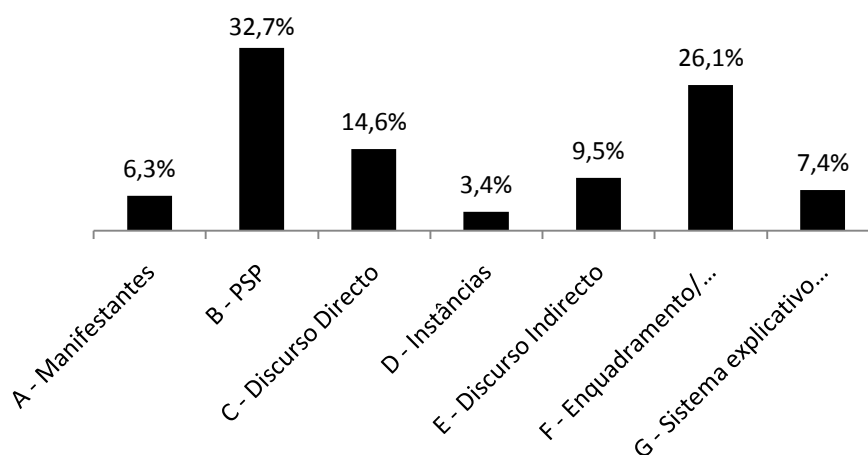


Figura 2. Ocorrência percentual de cada categoria

Observando o gráfico da figura 2 verificamos que mais de metade das u.r. (58,8%) estão distribuídas pelas categorias relativas à PSP e ao Enquadramento/Descrição dos eventos, o que não nos cria estranheza, tendo em conta o objecto da nossa investigação. Relativamente às restantes categorias constatamos que o Discurso Directo e o Discurso Indirecto se encontram em terceiro e quarto lugar, respectivamente, quanto ao número de u.r., o que nos pode indicar que os OCS em estudo consideram o recurso a fontes como um complemento da descrição/caracterização, uma vez que, nem a soma de ambos os discursos (24,1%) atinge o valor de u.r. do Enquadramento (26,1%), muito menos da PSP (32,7%). Possivelmente será porque os OCS utilizam a citação de fontes de forma a justificar o seu discurso, seja sobre o evento, seja sobre a actuação policial, dando-lhe

maior credibilidade e demonstrando que o que expõem é o mais próximo possível da realidade, mas esta será uma hipótese a desenvolver quando analisarmos a origem de informação na próxima secção.

Em quinto lugar, com 7,4% das u.r. encontramos o Sistema Explicativo Espontâneo que reflecte, sobretudo, o facto de entre as 150 notícias que compõem o nosso *corpus*, 29 serem artigos de opinião, isto é, peças noticiosas que se enquadram num género jornalístico que, segundo Crato (1995), aborda o assunto de um ponto de vista pessoal e não de um ponto de vista informativo [e.g., “(os jornalistas é que permitiram que a greve tivesse grande impacto) (...) mais mediático do que real.” – notícia 17]. Por último temos informação relativa aos Manifestantes (6,3%) e às Instâncias (3,4%) como as categorias com menos u.r.

Passaremos de seguida a fazer uma análise mais detalhada das categorias, tentando perceber quais as fontes mais usadas pelos OCS em estudo, a forma como estes fazem a descrição e caracterização dos eventos escolhidos e por fim analisaremos o discurso dos *media* relativamente aos participantes nos eventos, mais concretamente os manifestantes e a polícia.

2. Origem/Fontes de Informação

Como já expusemos antes, Fontcuberta (1999) refere que as fontes de informação são importantes porque supõem outro ponto de vista e trazem dados complementares, permitindo assim completar a informação inicial e confrontar pontos de vista, dando maior credibilidade à informação final. Neste ponto procurámos perceber a quem os OCS dão voz quando pretendem completar e dar credibilidade às suas notícias dentro do tema do nosso trabalho.

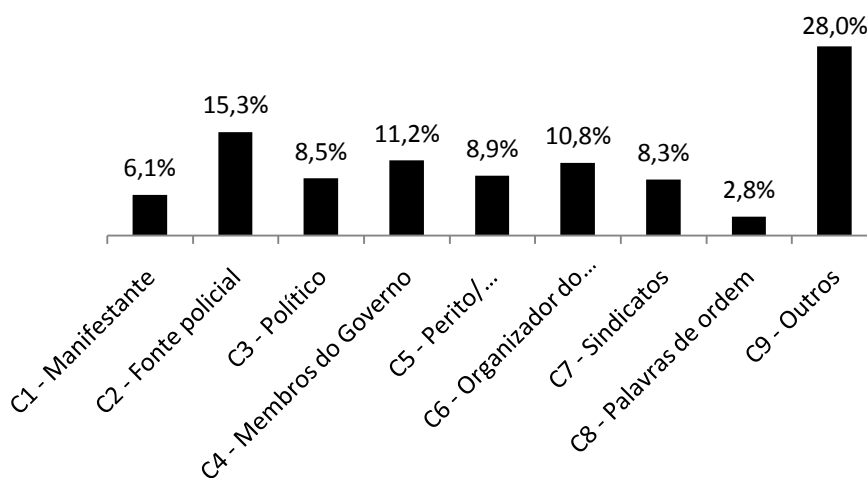


Figura 3. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo

Começando pelas fontes citadas directamente pelos jornalistas, tendo em conta os dados do gráfico da figura 2, verificamos que a subcategoria C9 (outros) é a que apresenta o maior número de u.r. isto porque se trata de uma subcategoria onde se insere o discurso de variados actores de que são exemplo advogados, como Garcia Pereira, advogado de diversos indivíduos constituídos arguidos após a manifestação de 14 de Novembro, após a Greve Geral Europeia (e.g., “*Garcia Pereira considerou que «é absolutamente inconcebível que (a PSP) tenha tido acesso a imagens não editadas».*” – notícia 114) ou responsáveis por diversas instituições, como Margarida Blasco (IGAI), bastante mencionada por causa da “carga policial” a 14 de Novembro, e que por diversas vezes tem um discurso positivo quanto à descrição ou caracterização da actuação policial (e.g., “*«O que se passou (...) foi uma situação perfeitamente proporcional e adequada», afirmou Margarida Blasco.*” – notícia 106) ou Alberto da Ponte (RTP) por causa da situação em que agentes da PSP terão estado na RTP a visionar imagens não editadas (e.g., “*(Alberto da Ponte acrescentou que nesse dia) «um agente da PSP contactou telefonicamente a subdirectora de produção solicitando a escolha e cedência de imagens»*” – notícia 104]. No fundo, nesta subcategoria estão registadas todas as fontes citadas pelos OCS em estudo, em discurso directo, que não as pessoas das restantes subcategorias, o que cria um espectro bastante alargado de fontes, sem primazia de nenhuma, mas que justifica o maior número de u.r.

Com 15,3% das u.r. desta categoria verificamos que as fontes policiais são as fontes com maior número de citações em discurso directo. Segundo Fontcuberta (1999), o poder informativo de um jornal evidencia-se não só pelo número e diversidade das suas fontes mas, também, pela sua qualidade, o que nos leva a crer que, nos jornais analisados, é às fontes policiais que estes dão uma maior credibilidade e atribuem uma maior qualidade, transparecendo que as informações veiculadas são fonte de crédito e respeito, podendo transmitir e completar a informação pré-existente. Nos discursos analisados estas fontes são chamadas à colação sobretudo para explicar actuações da polícia, quer antes (e.g., “*Fonte envolvida na operação adianta que «a PSP vai estar também atenta aos tradicionais movimentos, com ligações à extrema-esquerda, principalmente aos seus elementos mais radicais que já foram identificados anteriormente [...] em situações envolvendo violência».*” – notícia 56), quer depois dos eventos (e.g., “*Apesar dos incidentes (...) a PSP “conseguiu minimizar (...) os feridos resultantes da intervenção, tanto polícias como manifestantes”* – notícia 69,3), fornecer dados sobre o resultado da sua actuação (e.g., “*«foram identificadas três pessoas por arremesso de uma garrafa e de um artefacto pirotécnico», disse ao DN fonte oficial da PSP.*” – notícia 58) ou dar opiniões (e.g., “*Numa primeira análise dos acontecimentos, menos de 24 horas depois da intervenção (...) o segundo-comandante do comando da PSP de Lisboa,*

Luís Elias, considerou que aquela ação "foi inevitável e indispensável" – notícia 69). No entanto, convém referir que em 77% das vezes estas fontes policiais são "anónimas", isto é, não é fornecida qualquer informação que as identifique indubitavelmente, com a excepção do Segundo Comandante do Comando de Lisboa, Luís Elias (e.g., notícia 69,1), o Inspector Nacional da PSP, Magina da Silva (e.g., notícia 41,3), Paulo Flor, Porta-voz da PSP (e.g., notícia 40), Paulo Gomes, Director Nacional da PSP (e.g., notícia 31) ou a Porta-voz do COMETLIS, Carla Duarte (e.g., notícia 5), todas as restantes são referidas como "fonte oficial da PSP" (e.g., notícia 58), "a PSP" (e.g., notícia 62), "fonte policial" (e.g., notícia 64,1), entre outras. Em nosso entender, o facto de estas fontes não serem identificadas explicitamente, mas simplesmente conotadas como pertencentes à PSP, não lhes dá tanta credibilidade e torna o seu discurso menos relevante, isto porque uma das formas de conferir veracidade à notícia é a atribuição, isto é, o modo como os jornalistas revelam que a sua informação tem origem numa determinada fonte. Temos contudo que perceber que nem sempre há a possibilidade de o jornalista fazer uma atribuição directa, em que a fonte é identificada e a informação citada, sobretudo porque existem afirmações que podem gerar resultados que colocam a fonte numa posição indesejável (e.g., *"Oficiais desta força de segurança [PSP] ouvidos na altura pelo DN dizem que "podia haver um rastilho de violência e os polícias, que estão a atravessar momentos de grande desmotivação, virem as costas, como aconteceu em Londres"* – notícia 22). Nestas situações é de louvar o profissionalismo dos jornalistas, ao manterem o anonimato, no entanto isso também é justificável pela necessidade que estes têm de manter uma relação de confiança com quem lhes pode fornecer informação indisponível de outra forma.

Quanto à diversidade das fontes, também referida por Fontcuberta (1999) enquanto fonte do poder informativo, verificámos pela análise do gráfico desta categoria, que à excepção da C9 (outros) e C8 (palavras de ordem), que apresentam valores superiores (C9=28%) e inferiores (C8=2,8%), os valores de todas as subcategorias são bastante similares: membros do governo (11,2%), organizador do evento (10,8%), perito/comentador/especialista (8,9%), político (8,5%) e manifestante (6,1%). Daqui podemos supor que os jornais têm em conta a influência que a apresentação de diversas fontes tem nos seus leitores, dando uma imagem de imparcialidade do jornalista, de capacidade para aceder às diversas fontes e de perceber que para determinadas situações são mais indicadas umas fontes que outras, dependendo das suas características. Nesta diversidade de fontes incluímos também a subcategoria C9 (outros), pela diversidade que esta contém, já acima explanada. A percepção de que, para determinadas situações, existem umas fontes com melhores características do que outras, pode ser indicada pelo facto de tanto a subcategoria manifestantes como palavras

de ordem serem as menos representativas, podendo demonstrar o entendimento dos OCS relativamente a estas fontes, primárias segundo a tipologia de McNair (in Correia, 2011), as quais, enquanto participantes directas num acontecimento, têm uma visão muito próxima do evento, geradora de imensa informação, mas uma visão de alguém que é directamente atingido pela acção, pelo que a sua credibilidade poderá facilmente ser posta em causa, uma vez que a sua presença no local tem um motivo que pode ser considerado contaminador do seu discurso. Os elementos policiais participam também directamente nos eventos, no entanto as fontes policiais são indicadas como elementos que não estão directamente envolvidos nas operações, pelo menos no terreno, podendo assim ponderar o seu discurso, sabendo que as suas palavras também serão associadas à instituição da qual fazem parte.

Nem sempre o discurso das fontes é transcrito em discurso directo, sendo mantida a ideia das declarações mas utilizadas palavras dos jornalistas. Foi esse discurso, indirecto, que codificámos e que resultou nos dados do gráfico da figura 4.

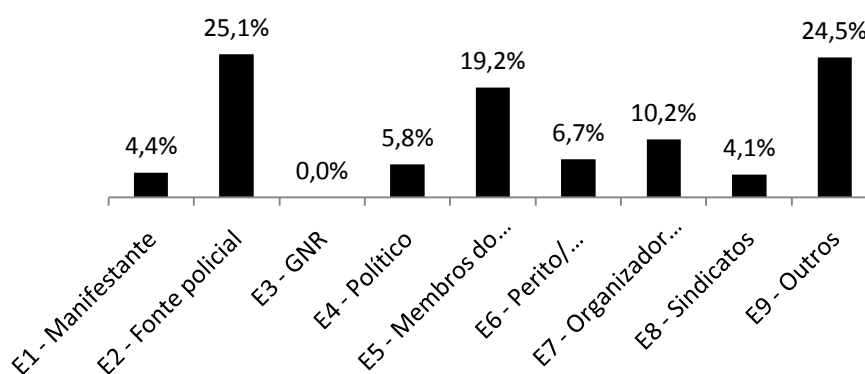


Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indirecto

Fazendo uma análise dos dados obtidos, verificámos que a subcategoria “outros” tem novamente uma grande percentagem das ocorrências (24,5%), mas neste caso é superada pelas fontes policiais (25,1%), ainda que por uma diferença residual que corresponde a duas u.r. num total de 343. Parece-nos assinalável que, tal como no discurso directo, as fontes policiais e “outros” sejam as fontes mais utilizadas pelos OCS para sustentar o que é dito pelos jornalistas, apesar de, tal como no discurso directo, as fontes policiais serem maioritariamente não identificadas, surgindo só por sete vezes, num total de 86 u.r., a identificação explícita do autor do discurso.

Ora, neste tipo de discurso verificámos que não há tanto a tendência para a variedade das fontes uma vez que as restantes subcategorias apresentam valores bastante mais baixos do que as já mencionadas, à excepção dos membros do governo,

com um valor ainda assinalável (19,2%), sobretudo pelas inúmeras vezes que é referido o discurso do Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, ainda que exclusivamente nas notícias referentes à actuação policial na Greve Geral de 2 de Março, e na Greve Geral europeia de 14 de Novembro, em que houve confrontos entre a PSP e os manifestantes. Aliás, como vimos na secção relativa ao procedimento, 82% das notícias que compõem o nosso *corpus* estão relacionadas com estes dois eventos, o que vem demonstrar que o valor-notícia negatividade (*bad news is good news*) teve influência na noticiabilidade destas manifestações por parte dos OCS, cientes de que este tipo de acontecimentos tende a ter mais impacto na audiência. O facto de o ministro só ser chamado à colação nestes acontecimentos parece-nos justificável porque a opinião do mesmo, enquanto responsável pelo ministério que tutela a PSP, torna-se bastante ambicionada pelos OCS. No fundo estes esperam ouvi-lo acerca da actuação policial (e.g., “o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, justificou implicitamente a actuação dos agentes com a afirmação de que reagiram a provocações, como o arremesso de pedras” – notícia 19) e mencionar quais as medidas que irá tomar, posteriormente, relacionadas com essa actuação (e.g., “(Miguel Macedo, (...)) anunciou a abertura de um inquérito por parte da Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI)” – notícia 9). Nesta procura de mais informação sobre os acontecimentos e seu desenvolvimento verificamos que está implícito o valor-notícia continuidade, uma vez que o acontecimento original foi definido como notícia e assim continuou durante algum tempo, mesmo que a amplitude tenha sido reduzida, mas sempre fomentada por novos desenvolvimentos e acontecimentos conexos, como a instauração de processos de averiguação e seus resultados ou o caso das supostas imagens visualizadas pela PSP, na RTP, após a manifestação de 14 de Novembro, que levou à produção de muitas notícias e algumas das quais fazem parte do nosso *corpus*.

Em termos de origem de informação importa-nos também explorar os dados atinentes à categoria D (Instâncias), uma vez que nesta são referenciadas diversas instâncias, não os seus membros, consideradas pertinentes quando se fala de actuação policial em grandes eventos.

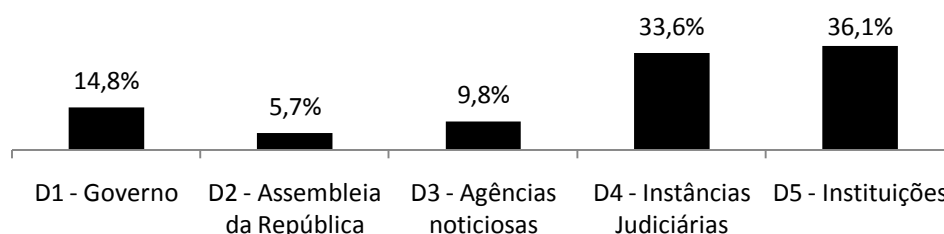


Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias

As instâncias apresentam-se como a categoria com menos u.r. (3,4%), no entanto, através da sua análise conseguimos perceber que os jornais analisados citaram e procuraram obter informação sobretudo nas Instituições (36,1%), principalmente Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) (e.g., “*A Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) já abriu um processo de averiguações aos incidentes*” – notícia 10), e Instituições Judiciárias (33,6%), sobretudo Ministério Público (MP) (e.g., “*O Ministério Público está a contactar alguns manifestantes presentes no protesto (...) por suspeitas de terem atirado pedras à polícia*” – notícia 118) e Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) (e.g., “*O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, que está com o inquérito dos nove arguidos (...) vai utilizar as imagens da «pedrada» aos agentes*” – notícia 73). Pelo que nos dá a entender, observando as u.r. nesta subcategoria, este facto deve-se à necessidade de recolha de dados sobre a avaliação da actuação policial, pela IGAI, e dos resultados da actuação policial, mais concretamente das detenções e identificações efectuadas, posteriormente remetidas ao MP e ao DIAP. Através destas informações os OCS têm mais uma forma de manter o interesse do público pelo acontecimento, informando sobre as suas consequências, criando como que uma fita do tempo de factos derivados do acontecimento principal, que mereceu grande destaque.

Das restantes subcategorias é o Governo que apresenta mais u.r., sendo mencionado apenas em notícias relacionadas com os eventos em que houve confrontos, tal como o MAI, já supramencionado. As instâncias Assembleia da República e Agências Noticiosas apresentam apenas 5,7% e 9,8%, respectivamente, das u.r. desta categoria.

Por último, analisemos a categoria Sistema explicativo espontâneo que, como vimos no gráfico da figura 1, apresenta 7,4% do total de u.r. A análise desta categoria é pertinente neste ponto porque diz respeito a todas as referências feitas, por parte dos OCS, de forma subjectiva, para justificar actores e actos dos eventos em estudo. Apesar de ser a terceira categoria com menos u.r. não deixa de ser relevante para demonstrar que os jornalistas, por diversas vezes suspendem a sua objectividade e comprometem, consequentemente, o seu principal objectivo, informar de forma isenta (e.g., “*Sem o aparelho sindical, os comunistas já se teriam apagado no espectro partidário, como aconteceu noutros países*” – notícia 16).

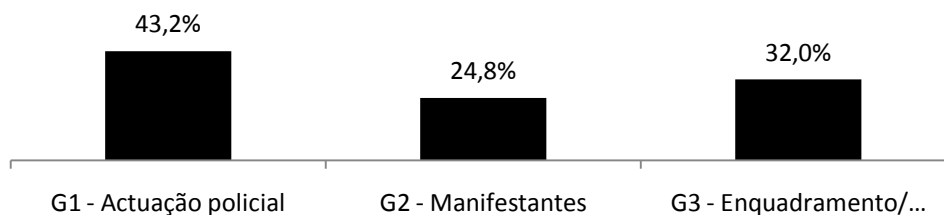


Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo

Referimos já o facto de no nosso *corpus* existirem 29 artigos de opinião, que contribuíram de forma essencial para que esta categoria apresentasse estes resultados uma vez que estas peças correspondem a 243 das 266 u.r. desta categoria, isto é, 94%. No entanto isso não justifica a falta de objectividade uma vez que este género jornalístico não deixa de ter o seu “lugar” na imprensa, tal como qualquer outro género, tendo iguais hipóteses de demonstrar o ponto de vista do autor e exercer a sua influência sobre os leitores. Este tipo de peças noticiosas poderá servir também para se perceber a orientação de cada OCS, já que, ao publicar cada artigo de opinião, a organização está a legitimar a opinião do autor, sabendo que esta é influenciada por diversos factores, como a sua cultura e experiências. No que toca à objectividade ou subjectividade dos jornalistas, com estes dados verificamos que o estabelecido pela teoria do espelho, como vimos, é posto em causa, isto é, esta teoria estabelece que as notícias apenas reflectem o mundo exterior, classificando os jornalistas como meros observadores neutros, profissionais, que apenas recolhem informação e relatam os factos (Traquina, 1999). Quando um jornalista faz uma referência, um comentário, uma classificação de forma subjectiva, não está simplesmente a relatar os factos, está sim a atribuir um cunho pessoal à sua obra, deixando transparecer os seus valores e crenças.

Pela análise do gráfico da figura 6 verificamos que é relativamente à actuação policial que os jornalistas fazem mais referências subjectivas (43,2%) (e.g., “*Tanto mais que a atuação da PSP estará novamente debaixo de fogo*” – notícia 92), seguindo-se o enquadramento/descrição dos eventos (32%) (e.g., “*Todos esqueceram a vítima mais consensual: a calçada portuguesa, transformada em paiol, a ponto de uns bons metros terem ficado desguarnecidos*” – notícia 81) e os manifestantes (24,8%) (e.g., “*Mas uma coisa tinham em comum (os Movimentos): sementes de revolta, um embrião carregado de consciência política*” – notícia 64).

Neste tipo de discurso verificamos também que, por diversas vezes, é utilizada a ironia por parte dos autores (e.g., “*É. Amador seria aproveitar esse tempo para identificar meia dúzia, o que até pela TV se conseguia*” – notícia 77). Como referem Lopez e Dittrich

(2004, pp. 4-5), “com a adopção da ironia como estratégia argumentativa o comunicador opta pela opinião, isentando-se de aderir ao discutido mito da objectividade jornalística”, deixando de fazer a distinção entre o seu pensamento e o que é noticiado.

3. Os eventos

Neste ponto tentaremos perceber o que referem os OCS em estudo quando se referem aos eventos, quais os aspectos que são evidenciados no seu discurso e quais os que são mais descurados.

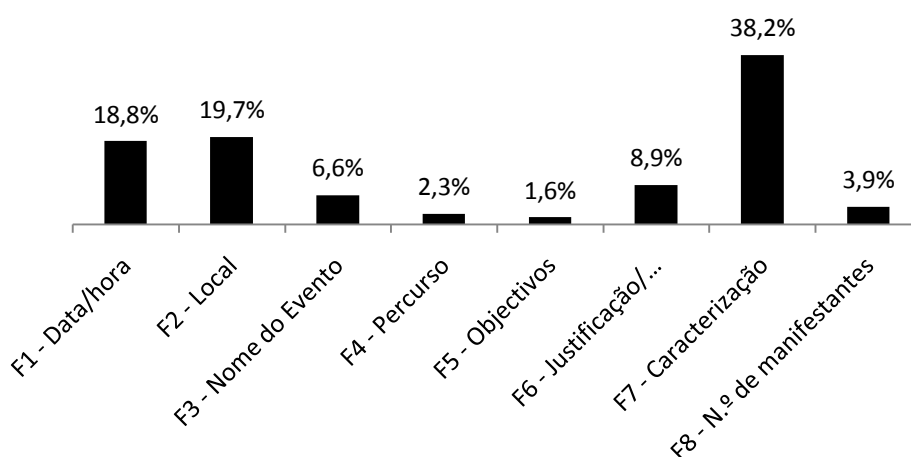


Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/Descrição

Através da análise do gráfico da figura 7 verificamos que, no discurso dos jornalistas, quando estes se referem ao evento é sobretudo à sua caracterização/descrição que atribuem especial relevância (F7=38,2%). Podemos entender este facto como uma intenção da imprensa se manter como o meio de comunicação social que “surge com um aprofundamento complementar ao imediatismo da rádio e da televisão” (Monteiro et al., 2006, p. 237).

A data/hora e local do evento surgem quase com o mesmo número de ocorrências e só não lhes é feita qualquer referência em 24 das 150 notícias que compõem o *corpus*. Estas surgem com o intuito de situar o leitor no espaço e no tempo do acontecimento transformado em notícia pelo jornalista.

Como vimos na secção relativa à imprensa, segundo Correia (2006), o jornalista da imprensa escrita tem que ter uma preocupação acrescida na descoberta das causas do acontecimento, deve procurar o máximo de pormenores para fundamentar a sua notícia e ter capacidade para fazer a sua contextualização, não se preocupando só com a descrição dos factos, devido às características deste meio de comunicação. Ora, atendendo às u.r. das subcategorias nome do evento, percurso, objectivos,

justificação/motivos e número de manifestantes que obtivemos da nossa análise percebemos que pelo menos as características de preocupação de descoberta das causas e procura de pormenores que permitam fundamentar a notícia, ou não são observáveis ou são bastante descuradas na generalidade das notícias. A contextualização, caracterização e descrição foram as principais preocupações destes OCS na elaboração das suas notícias, privilegiando assim o que mais chama a atenção das pessoas em vez de darem uma informação mais completa e justificada. Neste tipo de construção das notícias parece-nos que os jornalistas salientaram o que aconteceu durante os eventos porque foi o que os tornou noticiáveis, deu-lhes um maior impacto mediático, mas ao fazê-lo estão a criar distorções na realidade, estão a fornecer enquadramentos (*frames*) ao noticiar só certas partes da realidade. Procurando uma justificação para tal facto podemos indicar que, em notícias relativas a eventos de cariz político onde ocorram confrontos entre a polícia e os manifestantes, os motivos e justificações do evento, isto é, o que originou o acontecimento inicial, deixa de ter importância, passando para segundo plano, tal como é referido na notícia 72, por exemplo: “(A greve geral) (...) passou quase a nota de rodapé”.

Como referem Herman e Chomsky (in Traquina, 2001, p. 50), relativamente à teoria da acção política, a cobertura de um acontecimento nos vários meios de comunicação social “é tratada como uma campanha de publicidade maciça”. Um acontecimento é visto como uma grande «estória» que pode ajudar a levar a opinião pública numa direcção específica, servindo as relações públicas ou exigências ideológicas de um grupo de poder. Ora, os dois acontecimentos com mais notícias no nosso *corpus* foram ambos organizados pela CGTP e acreditamos que a central sindical tem noção da importância que os meios de comunicação têm na transmissão da mensagem deste tipo de eventos, porque por muitas pessoas que possam estar presentes, muitas mais serão as que terão conhecimento deste através dos vários *media*, no entanto, os objectivos da central sindical poderão não ter tido o impacto desejado porque os confrontos suplantaram a manifestação em si. Neste aspecto pensamos que os jornalistas demonstram que passar a mensagem da CGTP tornou-se acessório, sendo mais importante fazer a cobertura do que lhes parece mais vendável.

4. Os participantes nos eventos: manifestantes e polícia

No intuito de percebermos o que é dito pelos OCS em estudo sobre os manifestantes e a polícia nas notícias que compõem o nosso *corpus* iremos agora analisar as respectivas categorias A e B.

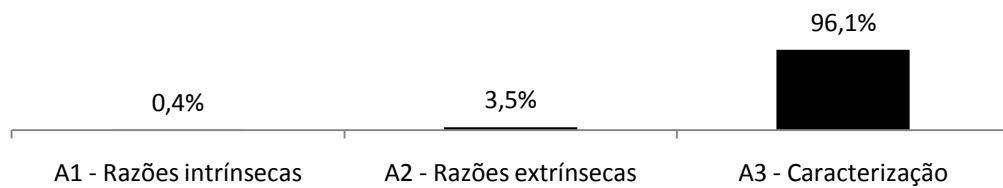


Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes

No que se refere aos manifestantes, verificamos pela análise do gráfico da figura 8 que a preocupação dos jornalistas se centrou na caracterização destes participantes dos eventos (e.g., “A PSP acredita que são elementos pertencentes a grupos radicais” – notícia 69,7), sendo mais uma vez descuradas as razões que os levaram a participar no evento, tal como tínhamos visto no que é relativo aos objectivos, justificação e motivos do próprio evento.

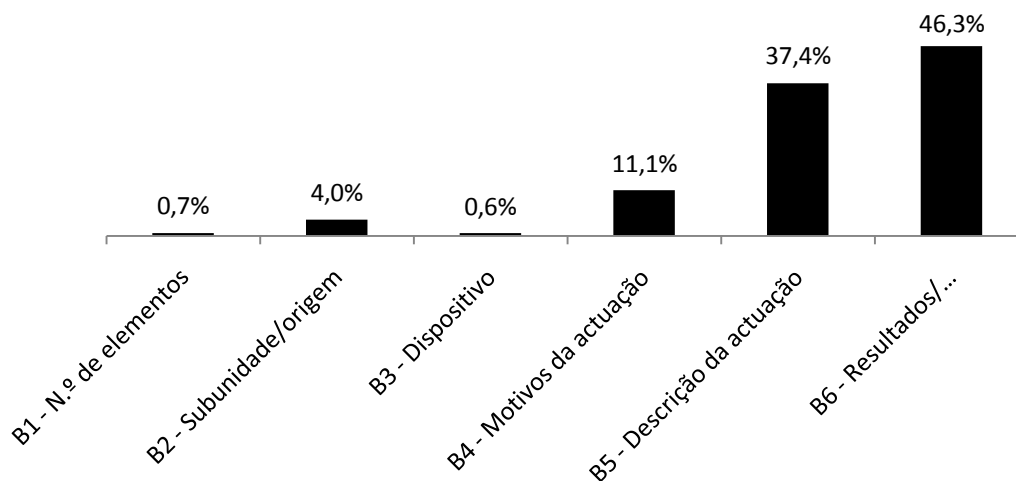


Figura 9. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP

Quanto à polícia, o gráfico da figura 9 mostra-nos que os resultados/consequências da actuação policial constituem o tópico mais prevalente, o que pode indicar que, mais uma vez, o valor-notícia *negatividade* foi relevante na elaboração das notícias e na escolha dos enquadramentos a noticiar, já que aqui estão descritas sobretudo detenções (e.g., “Além dos nove detidos após a carga policial” – notícia 69,7), identificações (e.g., “outras 10 pessoas foram identificadas pela PSP” – notícia 51) e lesões/ferimentos (e.g., “(confrontos) (...) durante os quais ficaram feridos dois jornalistas” – notícia 13) ocorridas nos eventos.

Relembramos que a categoria aqui analisada é a que apresenta o maior número de ocorrências do conjunto (32,7%), o que revela ainda mais a importância atribuída aos resultados/consequências na elaboração das notícias. No que se refere à descrição da actuação, verificamos que também aqui é atribuída grande importância à sua descrição, feita por diversas fontes, policiais, governamentais, advogados ou mesmo pelos jornalistas, sendo que dos diversos discursos resultam 65 referências positivas (e.g., “*A polícia foi proporcional, acrescentou Miguel Macedo*” – notícia 77) e 63 referências negativas (e.g., “*Para Guilherme da Fonseca, as intervenções da PSP (...) contrariam os limites constitucionais*” – notícia 115) à actuação policial. Estas referências são feitas sobretudo pela Inspectora-Geral da IGAI, Margarida Blasco, pelo Director Nacional da PSP, Valente Gomes e pelo Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, entre outros, isto no que se refere às positivas; e, pelo Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca, pelos advogados Garcia Pereira e Vasco Marques Correia, e por diversos manifestantes, entre outros, no que se refere às negativas.

Uma subcategoria que nos parece fundamental, para que seja feita uma avaliação adequada da actuação e se entenda o porquê dos resultados dessa actuação, é aquela onde se insere a descrição dos motivos que levaram a polícia a actuar, mas que, no entanto, revela um valor bastante reduzido (11,1%), podendo deturpar o entendimento do acontecimento por parte dos leitores e levá-los a tirar conclusões que condicionam a imagem com que estes ficam da instituição PSP.

Relativamente ao número de elementos intervenientes, este não parece ser um detalhe importante no que se refere à polícia, tendo só 0,7% das ocorrências. Também a subunidade/origem e dispositivo se apresentam como subcategorias pouco referenciadas, mas neste caso pode-se dever ao facto de os jornalistas não estarem familiarizados com os termos técnicos correctos relativos à actividade policial, como se pode verificar quando mencionam a polícia de choque e estão, de facto, a falar do Corpo de Intervenção (e.g., “*confrontos com a polícia de choque*” – notícia 73).

Capítulo IV – Conclusões

Chegados ao final do trabalho importa agora apresentar as conclusões.

Ao nível de fontes de informação verificámos que a variedade de fontes é tida em conta e utilizada pelos jornalistas, assim como a qualidade dessas mesmas fontes, privilegiando sobretudo fontes ligadas a instituições, aproveitando o facto de estas terem que manter ou enaltecer a imagem daquelas através da transmissão de informação fidedigna, o que credibiliza também toda a notícia.

Aproveitando este facto, o GIRP, enquanto responsável por excelência pela imagem da PSP, em nosso entender, deverá aproveitar para fomentar e transmitir uma boa imagem, procurando perceber e estudar quais as necessidades dos jornalistas. Pode utilizar por exemplo a estratégia referida por Santos (2001), ligada ao factor de falta de tempo dos jornalistas, aproveitando-o para oferecer recursos como exclusivos, dossiers de informação e fotografias.

Outro facto verificado no nosso estudo diz respeito à falta de conhecimento dos jornalistas relativamente a termos policiais, o que pode ser utilizado pelo GIRP para lhes suscitar interesse pelas suas descrições das actuações, mais completas e correctas no que diz respeito a esses termos. Ainda neste âmbito poderão ser organizadas formações aos jornalistas, ministradas pela PSP, no sentido de explicar como se desenrolam as intervenções, facilitando desta forma não só a sua compreensão mas também a forma como os jornalistas se poderão/deverão colocar perante diversas situações, facilitando assim o trabalho de ambas as partes.

Ao nível dos grandes eventos de cariz político, a possibilidade dada pelos OCS de fontes da PSP serem transmissoras de informação, em nosso entender, deveria ser melhor aproveitada, sobretudo para demonstrar o trabalho realizado por esta instituição nos eventos em que tudo decorre com “normalidade”, procurando contrabalançar uma possível imagem “negativa”, onde a polícia tem que fazer uso da força, com uma imagem de profissionalismo e eficácia, sobretudo do trabalho feito ao nível da prevenção. Como pudemos constatar pelas notícias que compõem o nosso *corpus*, nos eventos que envolvem confrontos entre polícia e manifestantes a actuação policial é bastante mais focada, ao contrário dos restantes eventos. Ora, pela missão da PSP, na sua área de jurisdição compete-lhe garantir que as pessoas usufruam dos seus direitos em segurança. Neste caso há que ter em conta não só quem se manifesta mas todas as pessoas que, de alguma forma, são “atingidas” pelas manifestações, seja pelo corte de vias, excesso de ruído, etc. Cabe à PSP manter um equilíbrio entre os direitos e deveres de todos, o que nem sempre é fácil, no entanto, maioritariamente é conseguido. Senão vejamos, por exemplo em Lisboa, no ano de 2012, ano do nosso estudo, realizaram-se

579 manifestações (<http://www.noticiasominuto.com/pais/53170/realizaram-se-579-manifesta%C3%A7%C3%B5es-em-lisboa-em-2012>) e só uma pequena minoria resultou em confrontos, no entanto, em todas elas, em maior ou menor número a PSP esteve presente. É este trabalho, menos observável por quem não está nos locais e tem conhecimento dos acontecimentos pelos OCS, que é preciso ser mostrado, tentando que a imagem de uma polícia eficaz e constantemente preocupada em zelar pelos interesses da comunidade seja transmitida para a generalidade dos cidadãos. Um exemplo do trabalho da PSP enquanto polícia activa e atenta, trabalhando em prol da sociedade, é verificável sempre que existe um jogo de risco elevado e há a preocupação de transmitir a acção a desenvolver por parte desta força de segurança. Caso haja confrontos a actuação policial será novamente referida de forma incisiva. Não havendo confrontos, geralmente, será feito só um breve apontamento. Contudo, já foi feita alguma referência e a população sabe que a polícia esteve de forma activa a garantir a segurança. Quando tal não se verifica, nos eventos políticos, provavelmente as pessoas que não se deslocaram ao local não sabem todo o trabalho de “bastidores” que é feito para que dezenas, centenas ou até milhares de pessoas possam usufruir do seu direito de manifestação.

Outro factor que deve ser tido em conta pelo GIRP tem a ver com as fontes não identificadas mas ligadas à PSP. No intuito de minimizar a utilização destas fontes este gabinete teria que prontamente disponibilizar informação sobre a actuação policial, tentando esclarecer todas as dúvidas e justificar essa mesma actuação, pormenor bastante descurado pelos jornalistas que elaboraram as notícias que compõem o *corpus* estudado e que pode contribuir para uma distorção do verdadeiro sentido da actuação, enaltecendo só as consequências, geralmente negativas, como detenções ou ferimentos.

No que concerne à forma de abordar e noticiar eventos de cariz político, verificamos com o nosso estudo que, nas situações em que há confrontos entre polícia e manifestantes a conflitualidade entre manifestantes e Governo é colocada em segundo plano, isto é, as razões que geraram todo o evento deixam de ter importância em termos de cobertura jornalística e o acontecimento gerado pelos confrontos sobrepõe-se.

Neste sentido verificou-se a importância atribuída ao valor-notícia *negatividade* por parte dos OCS o que nos faz questionar se o factor económico funcionou como fonte de influência, uma vez que este tipo de notícias, geralmente, consegue gerar um maior número de vendas. Se tal aconteceu, estamos perante a utilização de critérios económicos apontados pela teoria organizacional como geradores de estrangimentos à acção dos jornalistas, que dão primazia aos interesses da empresa em detrimento das suas intenções, “privilegiando o *interesse do público* em desfavor do *interesse público* e desvalorizando a responsabilidade social dos media” (Correia, 2006, pp. 39-40).

É por isso que “a investigação sobre os media e o jornalismo (...) [tem necessariamente que] compatibilizar a (absolutamente imprescindível) análise teórica com a (não menos indispensável) consideração dos contextos sociais em que o sistema mediático em geral e o campo jornalístico em particular inapelavelmente se inserem” (Correia, 2006, p. 105). Na análise das notícias transmitidas há que ter em conta a diversidade de interesses, pressões e expectativas a que os *media* e os jornalistas estão sujeitos. Seria importante perceber se estamos perante uma perda de importância da informação, transformada numa componente secundária, devido a constantes constrangimentos estruturais, em primeiro lugar, dos objectivos comerciais, mas também de pressões políticas e sociais de diverso tipo e intensidade. No entanto, neste estudo não foi possível aferir a influência destes constrangimentos na definição do que foi tornado notícia, havendo para isso a necessidade, por exemplo, de pesquisar o que deixou de ser noticiado em detrimento destes acontecimentos.

Por outro lado temos a visão de Hackett (cit. in Traquina, 2001) que refere alguns pressupostos da versão de direita da teoria da acção política: 1) os jornalistas controlam o produto jornalístico; 2) os jornalistas estão dispostos a reflectir as suas preferências políticas e ideológicas no conteúdo noticioso; 3) os jornalistas enquanto indivíduos têm valores políticos coerentes e, a longo prazo, estáveis. Estes pressupostos atribuem aos jornalistas a culpa pelo conteúdo das notícias. Neste caso, seria interessante tentar perceber se as notícias emitidas se devem, ou não, a factores pessoais relacionados com os seus autores. Passando da autonomia dos *media*, enquanto organizações empresariais submetidas aos objectivos e lógicas comerciais fundamentalmente viradas para a procura das audiências, para os jornalistas enquanto trabalhadores assalariados cujos objectivos são produzir informação destinada ao público, isto é, fazer notícias (entendendo a notícia como um bem social e não como uma mercadoria), teríamos que fazer uma pesquisa ao nível dos autores das peças que constituíram o *corpus* e perceber se elas são transmissoras de um viés característico e aliável a determinado jornalista. Este poderá ser um estudo interessante de se fazer em anos vindouros, atendendo a que este trabalho se insere numa linha de investigação que se espera venha a conhecer desenvolvimentos.

Tendo em conta as expectativas do seu público, o jornalista transforma a matéria recolhida em notícia, que, como vimos, não espelha a realidade. Fornece enquadramentos (*frames*) escolhendo quais as partes do real que vão ser transformadas em notícia, criando assim distorções na mensagem recebida pelo receptor. Como já referimos e verificámos na análise dos dados, por exemplo, o facto de não se descreverem as razões que levaram a polícia a actuar de forma mais enérgica pode levar a que esta seja entendida como opressiva ou insensata quando, na verdade, até foi

benevolente e tentou que a situação se resolvesse sem incidentes. O enquadramento de determinada parte de um acontecimento, retirado do seu contexto, pode criar um enviesamento do sentido, descurando a objectividade, isenção e neutralidade que se espera dos jornalistas e que, conforme explica Correia (1995), consoante o seu discurso, podem desestabilizar a ordem social, influenciado por exemplo a imagem das instituições, como é o caso da PSP, de forma negativa. Ora, se, como diz Jean Rivero (cit. in Oliveira, 2000, p. 31), “é através do comportamento da sua polícia que o povo toma consciência do carácter democrático do seu Estado”, se a imagem que é passada pelos OCS é de uma polícia fria, ostensiva ou limitadora de direitos, essa é a imagem que será também associada ao Estado e possivelmente a outras instituições com ele relacionadas.

Também a forma como os diversos assuntos são tratados, isto é, se extensivamente ou severamente cortados, se lhes é dado destaque ou são colocados no fim do alinhamento, (no caso dos jornais) o tamanho que têm de título e o local em que são colocados em termos de paginação, vai influenciar o grau de importância dada a esses assuntos pelo público. Falamos aqui do conceito de *priming* enquanto técnica segundo a qual a agenda jornalística influencia as prioridades que as pessoas dão a determinados acontecimentos. Esta técnica poderá conduzir outros estudos relacionados com a análise das notícias relativas à actividade policial em grandes eventos de cariz político.

Relativamente ao facto de os jornalistas terem em conta as expectativas e interesses do seu público, ele remete-nos para os estudos sobre as agendas temáticas que, conforme explicam Cruz (2002) e Weaver et al. (2000), procuram perceber a relação entre a ênfase dada a um tema pelos meios de comunicação social e as prioridades temáticas demonstradas pelo público depois de sujeito ao produto final, as notícias. A teoria do agendamento (*agenda-setting*) tenta perceber qual o poder dos *media* para determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados assuntos, isto é, tenta perceber qual a influência da agenda mediática sobre a agenda pública, no entanto, uma vez que os interesses do público também influenciam a produção das notícias isso leva-nos a questionar se esta teoria será ainda actual, alterando-se no fundo a sua identidade. Assim não será mais acertado falar da influência da agenda pública sobre os *media* em vez de falar da influência da agenda mediática sobre o público, caindo assim a ideia de uma teoria dos efeitos dos *media*? Esta questão pode servir de base para um outro estudo, longitudinal, recorrendo nomeadamente à história e outros registos em arquivo para estudar o que foi acontecendo, qual o contexto macro-político, macro-económico e ver o conteúdo prevalente nas notícias.

É de salientar que, apesar de terem sido analisadas notícias de três jornais diferentes, não foi realizada nenhuma análise comparativa entre as suas notícias, isto é, não se tentou perceber se havia um tipo de discurso característico de cada jornal. No entanto, tal como alguns possíveis estudos acima referidos, este pode também fazer parte desta linha de investigação, no intuito de perceber se há um viés característico de um OCS específico.

Finalizando este trabalho devemos referir o facto de estes resultados e conclusões por nós expostos serem referentes aos eventos de cariz político de 2012 o que significa que têm que ser olhados nesse contexto, não podendo ser extrapolados para todas as actuações policiais em eventos semelhantes. Contudo, podem servir para ser comparados com outros estudos, elaborados no mesmo âmbito, contribuindo para um maior e melhor conhecimento sobre a forma como os OCS vêem a actuação policial e a transmitem, podendo a PSP considerar estas conclusões.

Referências

- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borelli, V. (2005). *Jornalismo como actividade produtora de sentidos*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codtema=8
- Borges, S. (2010). Agendamento. In J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. Santo (Orgs.), *Conceitos de comunicação política* (pp. 137-144). Covilhã: Livros LabCom.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Cádima, F. R. (1996). *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edições Século XXI.
- Caetano, J., & Rasquilha, L. (2009). *Gestão da comunicação* (4ª ed.). falta a cidade: Quimera.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Tomo 2, 10ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (2010). *Constituição da República Portuguesa anotada* (Vol. 2, 4ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Caregnato, R. C., & Mutti, R. (2006). *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>
- Cervi, E. U. (2010). Priming: Hipótese teórica que relaciona estudos de recepção com julgamentos sobre governantes. In J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. Santo (Orgs.), *Conceitos de comunicação política* (pp. 145-154). Covilhã: Livros LabCom.
- Clemente, P. (2009). A ordem em público. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial* (pp. 119-138). Coimbra: Almedina.
- Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Correia, J. C. (1995). *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=12
- Correia, J. C. (2009). *Teoria e crítica do discurso noticioso: Notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Livros LabCom.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom.
- Crato, N. (1995). *Comunicação social: A imprensa* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Cruz, J. C. (2002). *Introdução ao estudo da comunicação: Imprensa, cinema, rádio, televisão e redes multimédia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Decreto-Lei nº 64/2007, de 6 de Novembro de 2007. Primeira alteração à Lei nº 1/99 de 13 de Janeiro, que aprovou o estatuto do jornalista. *Diário da República, I Série*, Nº213, 8052-8064.
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Erbolato, M. L. (1979). *Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário* (2ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Esteves, J. P. (2012). Agenda-setting e efeitos dos media: O desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. In I. F. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Traquina* (pp. 107-137). Covilhã: LabCom.
- Felgueiras, S. (2009). A actividade policial na gestão da violência. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial* (pp. 139-162). Coimbra: Almedina.
- Fields, B. (2006). School discipline coverage in australian newspaper: Impact on public perceptions, educational decisions and policy. In *Australian Association for Research in Education Annual Conference 2005: Creative Dissent Constructive Solutions* (pp. 1-15). Toowoomba, Austrália: University of Southern Queensland.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Gaillard, P. (1971). *O jornalismo* (2ª Ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 61-73). Lisboa: Vega.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Hall, S., Chritchler, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 224-248). Lisboa: Vega.
- Hackett, R. A. (1999). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 101-130). Lisboa: Vega.
- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behaviour: Different interpretations of the same crowd events among the police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62(4), 25-47.
- International Permanent Observatory on Security during Major Events (2007). *IPO Security planning model*. Torino: UNICRI.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, Diário da República, 1ª Série - A, n.º 155.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 168.
- Machado, H. J. D. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Machado, R. (2009). Poliedria do comportamento humano. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial* (pp. 301-323). Coimbra: Almedina.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (2000). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: Vinte e cinco anos de mercado das ideias. In N. Traquina, *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 125-135). Coimbra: Livraria Minerva.
- Melo, I. A. (2007). *A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1006
- Molotch, H., & Lester, M. (1999). As notícias como procedimento intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 34-51). Lisboa: Vega.
- Monteiro, A. C., Marques, H., Lourenço, J., & Caetano, J. (2006). *Fundamentos de comunicação*. Lisboa: Sílabo.
- Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores* (Tese de doutoramento, não publicada). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Pereira, H. F. S. (2012). *Grandes eventos de cariz político: A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Pereira, J. E. (1980). *Manual prático de jornalismo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pinho, P. M. (2009). O modelo de desordem. In M. M. Valente (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 299-325). Coimbra: Almedina.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.

- Rebelo, J., Mendes, J. M., & Brites, R. (2010). *Privacidade, intimidade e violência na imprensa*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Ribeiro, F. M. (2010). *Utopia e jornalismo de ciência: O contributo para a democracia*. Retirado de: <http://www.ec.ubi.pt/ec/08/pdf/EC08-2010Dez-13.pdf>
- Rodrigues, A. D. (2000). *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, A. D. (2007). Processos cognitivos e estratégias de comunicação. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 7, 191-214.
- Rodrigues, A. D. (2011). *O paradigma comunicacional: História e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, J. R. (1992). *Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Santos, R. (2001). Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In N. Traquina, A. Cabrera, C. Ponte, & R. Santos (Orgs.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 93-133). Lisboa: Editorial Caminho.
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros LabCom.
- Soloski, J. (1999). O jornalismo e o profissionalismo: Alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 91-100). Lisboa: Vega.
- Sousa, A. F. (2009). Direito de reunião e de manifestação no Estado de direito: fundamento, significado e carácter pacífico. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial* (pp. 105-115). Coimbra: Almedina.
- Sousa, J. P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codtema=8

- Sousa, J. P. (2002). *Porque as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Traquina, N. (1999). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2000). A redescoberta do poder do jornalismo: Análise da teoria do agendamento. In N. Traquina, *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 13-43). Coimbra: Minerva.
- Traquina, N. (2001). Teorias das notícias: O estudo do jornalismo no século XX. In N. Traquina, A. Cabrera, C. Ponte, & R. Santos (Orgs.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 19-91). Lisboa: Editorial Caminho.
- Tuchman, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 74-90). Lisboa: Vega.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, M. M. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Vizeu, A. (2002). *O jornalismo e as "teorias intermediárias": Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=718
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder*. Cullompton: Willan Publishing.
- Weaver, D. H., McCombs, M. E., & Spellman, C. (2000). Watergate e os media: Análise de um caso de agendamento. In N. Traquina, *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 63-76). Coimbra: Edições Minerva.
- Weaver, P. H. (1999). As notícias de jornal e as notícias de televisão. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 294-305). Lisboa: Vega.

White, D. M. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed. pp. 142-166). Lisboa: Vega.

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO 1. Grelha categorial

A – Categoria “Manifestantes” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (27)⁴: *“António Fernandes (...) foi á manifestação para protestar contra os cortes de salários da sua empresa do porto de Aveiro”.*

A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (43): *“saíram às ruas de Lisboa [os militantes de grupos radicais] para mostrar solidariedade com a greve geral que a CGTP levou a cabo”.*

A.3 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (47,2): *“muita gente jovem que pela primeira vez saiu à rua em protesto”.*

B – Categoria “PSP” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “N.º de elementos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (55): *“Cerca de 600 agentes da PSP estão mobilizados para garantir a segurança da manifestação”.*

⁴ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo

B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (64): *“começaram a chegar reforços do Corpo de Intervenção”*.

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (65): *“(arremessaram pedras contra) a coluna policial estacionada ao fundo da escadaria”*.

B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (69,5): *“A atuação tinha de acontecer porque estavam a ser atacados com pedras e injúrias”*.

B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (73): *“Malharam-lhe no chão e deixaram-no com um traumatismo craniano”*.

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex. (65): *“À hora do fecho desta edição, a Polícia apontava para 48 feridos ligeiros, 21 dos quais polícias”*.

C – Categoria “Discurso Directo” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (65,1): *“Não atirei uma única coisa”*.

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (50): *“a PSP não quer associar a manifestação ao vandalismo ocorrido durante a madrugada, «até porque não houve testemunhas», explicou ao JN”.*

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (34): *“O líder deste partido (BE), Francisco Louçã, disse ontem, num discurso em Atenas, que a luta nas ruas naquele país, marcados por graves tumultos destruição, «é o orgulho do movimento popular europeu»”.*

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (69,6): *“O sentimento nacional é de repúdio por essa violência. [Pedro Passos Coelho]”.*

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (96): *“É escandaloso como certos “jornalistas” se aliam à Polícia (...) [Marinho e Pinto]”.*

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (98): *““A polícia e os serviços de informações sabem perfeitamente quem são os provocadores de violência”, assevera (Arménio Carlos)”.*

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (111): *“Não pretendo com isto (...) desvalorizar o inquérito (Paulo Rodrigues)”.*

C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (57): “*«Não nos representam» foi o grito de ordem mais aclamado*”.

C.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (69,2): “*«(O meu cliente) Foi apanhado no arrastão», alegou Vasco Marques Correia*”.

D – Categoria “Instâncias” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “Governo” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (72): “*(A manifestação) (...) viu os seus efeitos junto do Governo quase anulados*”.

D.2 – Subcategoria “Assembleia da República” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (86,1): “*O que não impediu o BE de entregar ontem à Assembleia da República (AR) um requerimento para ouvir, entre outros, (...) o ministro Miguel Relvas*”.

D.3 – Subcategoria “Agências Noticiosas” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (105): “*A informação consta de um ofício enviado pela CNPD (...) a que a agência Lusa teve acesso*”.

D.4 – Subcategoria “Instâncias Judiciárias” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (118): *“Paula Montez revelou que o DIAP investiga a suspeita de crime de ofensas à integridade física, tendo alegado que a ativista atirou cerca de 20 pedras à polícia”.*

D.5 – Subcategoria “Instituições” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (111): *“A IGAI tem toda a legitimidade de abrir inquéritos sempre que tenha dúvidas sobre a actuação de uma instituição ou de um seu funcionário”.*

E – Categoria “Discurso Indirecto” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (92,1): *“Mariana Avelãs (...) garante que vai participar no protesto do dia 27”.*

E.2 – Subcategoria “Fonte Policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (91): *“Segundo sabe o CM trata-se de uma relação que funciona com base na confiança entre profissionais das duas instituições (...) dizem ao CM fontes ligadas à PSP”.*

E.3 - Subcategoria “GNR” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

E.4 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (70): *“Também António José Seguro, secretário-geral do PS, criticou a desordem”.*

E.5 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (64): *“Miguel Macedo apoiou (a decisão da carga)”.*

E.6 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (9): *“Carlos Jalali, acrescentando que é preciso refletir para não deixar tudo na mesma”.*

E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5): *“Arménio Carlos (...) recusou avançar com números”.*

E.8 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (2): *“Os portos do Algarve (...) estavam encerrados, anunciaram os sindicatos”.*

E.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (73): *“Pelo menos para o advogado Vasco Marques Correia, que representa João (...) as imagens poderão recair a favor do seu cliente”.*

F – Categoria “Enquadramento/Descrição” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “Data/hora” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (86,2): *“dos confrontos de 14 deste mês”*.

F.2 – Subcategoria “Local” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (94): *“(manifestação) em frente à Assembleia da República”*.

F.3 – Subcategoria “Nome do evento” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (110): *“no dia da greve geral”*.

F.4 – Subcategoria “Percurso” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (97): *“(Arménio Carlos apelou à participação) numa marcha que começará com uma concentração (...) no jardim da Estrela (...) para, depois, rumar ao Parlamento”*.

F.5 – Subcategoria “Objectivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (46): *“Quando os organizadores da marcha de protesto agendaram o percurso (...) o objetivo era claro: mostrar um sinal de descontentamento em frente aos escritórios do Fundo Monetário Internacional (FMI), no número 59”*.

F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (52): *“contra as medidas de austeridade em Portugal”*.

F.7 – Subcategoria “Caracterização” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (58): *“A manifestação terá surgido de forma espontânea”*.

F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (64): *“Os protagonistas da violência eram entre 20 e 30 pessoas”*.

G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Actuação policial”

Ex. (77): *“Tão serena que espancou protestantes pacíficos”*.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex. (80): *“Vítimas da repressão fascista em que a polícia é a culpada de tudo”*.

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex. (94): *“A persistência de incidentes violentos naquele local começa a tornar-se já um padrão”*.

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
1	DN	11-02-2012	CGTP	Manifestação	Paisanos em "manifs" legais, ilegais ou depende?
2	JN	22-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	Afirmção de um líder e do poder sindical
3	DN	22-03-2012	Greve Geral	Manifestação	CGTP diz que aderir à greve é "investimento"
4	CM	22-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	Função pública paga a crise
5	DN	23-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Uma greve sem balanço
6	JN	23-03-2012	Greve Geral	Manifestação	CGTP apoia-se na greve para exigir diálogo
7	CM	23-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	Confrontos marcam "manif"
8	JN	24-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Rosas para polícias
9	JN	24-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	PS e BE exigem que Macedo explique agressões policiais
10	DN	24-03-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP receia ataques dirigidos a agentes em manifestações
11	CM	24-03-2012	Greve Geral	Polícia	O rosto da austeridade
12	CM	24-03-2012	Greve Geral	Polícia	O elo mais fraco
13	CM	24-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Ministro espera dados do inquérito
14	JN	25-03-2012	Greve Geral	Polícia	Ministro "lamenta" agressões a jornalista
15	DN	25-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Sampaio subscreve moção de repúdio a violência
16	CM	25-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	Reality show
17	CM	25-03-2012	Greve Geral	Manifestação	A greve "geral" nunca existiu

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
18	CM	25-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	"PSP também foi agredida"
19	CM	26-03-2012	Greve Geral	Polícia	bater às cegas
20	CM	26-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Frase
21	CM	26-03-2012	Greve Geral	Polícia	Confusão do ministro
22	DN	27-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Relatório "alarmista" da SIS falha previsões para a greve geral
23	CM	27-03-2012	Greve Geral	Greve Geral	Cavaco quer saber tudo sobre distúrbios
24	DN	29-03-2012	Greve Geral	Indignados	Cargas democráticas
25	JN	29-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Macedo vai falar na AR sobre atuação da polícia
26	JN	30-03-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP preocupada com... notícias
27	JN	30-03-2012	Greve Geral	Manifestação	Agentes da PSP contrariam acusação contra manifestante
28	DN	02-04-2012	Greve Geral	PSP	Ministro recebe relatório da IGAI
29	JN	02-04-2012	Greve Geral	Polícia	MAI recebe hoje relatório sobre a violência na greve
30	DN	03-04-2012	Greve Geral	Greve Geral	Oficial da GNR investiga atuação da PSP na greve
31	DN	04-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Imagens incriminam dois agentes da PSP
32	CM	04-04-2012	Greve Geral	Manifestação	IGAI quer punição de agentes
33	CM	04-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Agressões no Chiado vão ser sancionadas

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
34	DN	05-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Ministro diz que distúrbios foram planeados por "radicais"
34,1	DN	05-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Abrir inquérito à atuação dos agentes é desautorizar a PSP
34,2	DN	05-04-2012	Greve Geral	Manifestação	3 perguntas a...
35	CM	05-04-2012	Greve Geral	Manifestação	"Foi reacção legítima e necessária da PSP"
36	JN	05-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Avança inquérito sobre agressões
37	CM	07-04-2012	Greve Geral	Polícia	O inquérito da IGAI
38	DN	12-04-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP conclui que subavaliou ameaça de grupos na greve
39	CM	12-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Ameaça foi subavaliada
40	CM	20-04-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP processada por jornalista
41	DN	23-04-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP quer testar "tática" menos tolerante com desordem nas ruas
41,1	DN	23-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Sete detidos e um polícia ferido à porta da AR
41,2	DN	23-04-2012	Greve Geral	Manifestação	Confrontos à porta da Brasileira no Chiado
41,3	DN	23-04-2012	Greve Geral	Manifestação	PSP prepara tolerância zero nas 'manifs' do 25 de Abril
42	DN	23-04-2012	Greve Geral	Greve Geral	Sangue-frio e nervos de aço
43	CM	21-05-2012	Greve Geral	Greve Geral	PJ investiga radicais anarcas
44	JN	15-07-2012	Greve Geral	Greve Geral	Carga policial resulta em processos disciplinares
45	JN	15-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	A crise sai à rua e passa por Belém
46	JN	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Milhares unidos contra austeridade
47	DN	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	O povo saiu à rua para gritar "Gatunos"
47,1	DN	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Tensão e hino nacional à porta do FMI
47,2	DN	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Coimbra como no 1º de Maio de 1974
47,3	DN	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	João gritou "vou incendiar-me" e ateou fogo ao corpo
48	CM	16-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Unidos contra a austeridade
49	DN	17-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Greve Geral	Portas pede recuo na TSU e coligação entra em crise
50	JN	17-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	PSP elogia participação ordeira na manifestação

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
51	CM	17-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Radicais entraram nos protestos
52	CM	18-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Manifestação	Condenados a pedir desculpa à polícia
53	DN	22-09-2012	"Que se lixe a Troika!..."	Protesto	Perigosa realidade
54	DN	23-09-2012	"Terreiro do Povo"	Polícia	Cortes de subsídio para todos e mexidas no IRS são a solução
55	CM	27-09-2012	"Terreiro do Povo"	Greve Geral	Governo veta subida salarial
56	DN	29-09-2012	"Terreiro do Povo"	Manifestação	Manifestação da CGTP ensaia hoje um novo 15 de Setembro
57	JN	30-09-2012	"Terreiro do Povo"	Manifestação	"A luta continua" com a greve geral
58	CM	30-09-2012	"Terreiro do Povo"	Manifestação	Arménio Carlos declara que "agora é a altura de o capital pagar a crise"
59	DN	16-10-2012	"Terreiro do Povo"	PSP	BE questiona uso de câmaras pela PSP
60	JN	16-10-2012	"Terreiro do Povo"	Polícia	BE exige explicações sobre vídeo da polícia
61	DN	16-10-2012	"Terreiro do Povo"	Manifestação	Bloco de Esquerda questiona MAI sobre PSP
62	DN	14-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Greves disparam com cortes de salários e subida da carga fiscal
63	CM	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	48 feridos em confrontos
64	DN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Governo acompanhou ao minuto carga policial
64,1	DN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Bancos atacados à martelada e autocarro atingido a tiro
64,2	DN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	A polícia atuou de forma impecável
64,3	DN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Estamos perante uma violência importada
65	JN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Carga policial contra manif
65,1	JN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Dois casos
66	DN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Editorial - Uma polícia profissional
67	JN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Greve Geral	Greve geral e batalha campal
68	JN	15-11-2012	Greve Geral (europeia)	Polícia	Pobre Grécia. Até já
69	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP tem lista de mais 30 "radicais" para caçar nos próximos dias
69,1	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	P&R

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
69,2	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Um sindicalista e dois 'profissionais do desacato' no grupo dos detidos
69,3	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	23 agentes ficaram feridos nos confrontos
69,4	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP pede retirada de pedras
69,5	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	2 perguntas a...
69,6	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Reações
69,7	DN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP tem lista de 30 radicais para deter nos próximos dias
70	JN	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Passos Coelho elogia quem trabalhou
71	CM	16-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP apanha ácido a manifestantes
72	DN	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Os cobardes da Democracia
73	DN	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Ministério público vai utilizar imagens de pedradas como prova
74	CM	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Greve Geral	Missão ingrata
75	JN	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Ministro chama "secreta" e polícias
75,1	JN	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Marinho e Pinto contra PSP
76	CM	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Polícia alvo de ataque na net
77	CM	17-11-2012	Greve Geral (europeia)	Polícia	Porque sim
78	DN	18-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	O teste do algodão
79	DN	18-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Cartas - A violência contra a austeridade
80	CM	18-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Pedradas e bastonadas
81	CM	18-11-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Adeusinho à calçada
82	CM	18-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Falha de comando estraga operação
83	JN	21-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Manifestantes exigem inquérito
84	DN	21-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Ativistas querem processar PSP e polícia cita Nelson Mandela
85	DN	22-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Imagens da bastonada levam à demissão de director
86	DN	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP já pediu imagens em bruto para investigar clagues

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
86,1	DN	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Macedo exige à PSP averiguação "urgente"
86,2	DN	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Polícia já pediu imagens às televisões sem mandado judicial
87	CM	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	"Espíões" da PSP viram imagens na RTP
88	CM	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Director da PSP aplaude calma nos confrontos
89	CM	23-11-2012	Greve Geral (europeia)	Polícia	Amnistia defende violência
90	CM	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Brutas ou editadas?
91	CM	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Imagens TV identificam suspeitos
91,1	CM	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Cronologia
92	JN	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP viu imagens não editadas
92,1	JN	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	"Estratégia da coação"
93	CM	24-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Não chamem a polícia
94	DN	25-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP ainda não pediu para filmar manifestação da
95	JN	25-11-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Quem deu ordem para PSP ver as imagens?
96	JN	26-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Policias e jornalistas
97	CM	26-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Manifestações voltam às ruas
97,1	CM	26-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Protestos com violência
98	DN	27-11-2012	CGTP	Greve Geral	Fim dos 14 salários/ano está cada vez mais perto
99	JN	27-11-2012	CGTP	Polícia	Manifestações safam negócio de autocarros
99,1	JN	27-11-2012	CGTP	Polícia	Cidadania e segurança
100	CM	27-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Militantes do IRA na mira da polícia
100,1	CM	27-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	PSP corta ruas ao trânsito
101	CM	28-11-2012	CGTP	Protesto	sobretaxa é imposto fantasma prejudicial
102	DN	28-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Protecção de quem?
103	JN	29-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	ERC abre inquérito ao caso da cedência de imagens à PSP

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título
103,1	JN	29-11-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Informações da PSP protegidas por lei
104	CM	05-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Santos surgiu não divulgar caso
105	DN	06-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Nuno Santos diz ter sido saneado e ataca governo
106	DN	06-12-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	IGAI investiga ação da PSP no Calvário e em Monsanto
107	JN	06-12-2012	Greve Geral (europeia)	Greve Geral	Atuação da PSP na greve geral alvo de inquérito
108	CM	06-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Carga na AR dá inquérito
109	CM	06-12-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Relvas desmente versão de Santos
110	DN	08-12-2012	Greve Geral (europeia)	Greve Geral	Mais 28 jovens indiciados pelos confrontos no dia da greve geral
111	CM	08-12-2012	Greve Geral (europeia)	Polícia	Em prol da credibilidade
112	JN	09-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Dois desportos nacionais
113	CM	09-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	RTP sem queixa de danos em carro
114	DN	11-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Ver imagens em bruto foi "ilegal e ilícito"
115	JN	11-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Juiz afirma que recolha de imagens na RTP violou sigilo
116	CM	12-12-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Em defesa da ordem pública
117	JN	12-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	IGAI quer apurar se polícia violou direitos dos detidos
118	DN	18-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Arguidos por atirarem pedras à policia
119	CM	18-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	You Tube trama manifestantes
120	DN	19-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Marinho desmente saneamento e pressões
121	JN	19-12-2012	Greve Geral (europeia)	PSP	Autorização "inequívoca" à PSP partiu de Nuno Santos
122	CM	19-12-2012	Greve Geral (europeia)	Manifestação	Santos autorizou ida da PSP à RTP

ANEXO 3. Quadro dos resultados obtidos

Categorias	∑ u.r.	Subcategorias	∑ u.r.
Manifestantes	229	A.1 Razões intrínsecas	1
		A.2 Razões extrínsecas	8
		A.3 Caracterização	220
PSP	1183	B.1 Nº de elementos policiais	8
		B.2 Subunidade/origem	47
		B.3 Dispositivo	7
		B.4 Motivos da actuação	131
		B.5 Descrição da actuação	442
		B.6 Resultados/Consequências da actuação policial	548
Discurso Directo	528	C.1 Manifestante	32
		C.2 Fonte Policial	81
		C.3 Político	45
		C.4 Membros do Governo	59
		C.5 Perito/ comentador/ especialista	47
		C.6 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	57
		C.7 Sindicatos	44
		C.8 Palavras de ordem	15
		C.9 Outros	148
Instâncias	122	D.1 Governo	18
		D.2 Assembleia da República	7
		D.3 Agências Noticiosas	12
		D.7 Instituições judiciais	41
		D.8 Instituições	44
Discurso Indirecto	343	E.1 Manifestante	15
		E.2 Fonte Policial	86
		E.3 GNR	0
		E.4 Político	20
		E.5 Membros do Governo	66
		E.6 Perito/ comentador/ especialista	23
		E.7 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	35
		E.8 Sindicatos	14
		E.9 Outros	84
Enquadramento	944	F.1 Data/ hora	177
		F.2 Local	186
		F.3 Nome do evento	62
		F.4 Percurso	22
		F.5 Objectivos	15
		F.6 Justificação	84
		F.7 Caracterização	361
		F.8 N.º Manifestantes	37
Sistema Explicativo Espontâneo	266	G.1 Actuação Policial	115
		G.2 Manifestantes	66
		G.3 Enquadramento/ Descrição do Evento	85
	3615	Total de u.r.	3615

ANEXO 4. Pedido de autorização para consulta da base CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

C/C:
Gabinete de Imprensa e
Relações Públicas da PSP

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

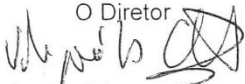
S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		359/SECDE/2012	2012-11-08
		Processo:	
		Classificador: 080.10.02	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Aspirante João Pedro Moreno dos Santos, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A perceção da comunicação social sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Professora Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V. Exa. que requeira, ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP, autorização para a consulta da base CISION. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias relativas à atuação policial.

Mais se informa V. Ex.ª que o referido Aspirante se compromete a manter a confidencialidade dos dados consultados, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente